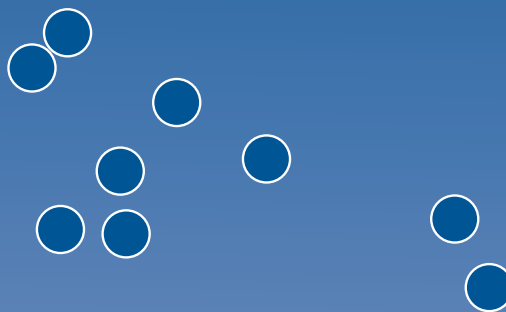




REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Vice-Presidência do Governo  
Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores



*Construir o futuro*

# PROCONVERGENCIA

## RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

Ano: 2007

Aprovado na 2ª Comissão de Acompanhamento  
de 17 de Junho de 2008



GOVERNO DOS AÇORES



UNIÃO EUROPEIA  
FEDER



## ÍNDICE

	<i>Pags.</i>
Introdução .....	5
Sumário Executivo .....	7
1. Introdução e Enquadramento do Programa Operacional .....	9
Situação Socioeconómica Regional em 2007 .....	9
Apresentação Sintética do Programa Operacional .....	19
2. Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Controlo .....	23
Gestão e Acompanhamento .....	23
Sistemas de Informação .....	31
3. Análise de Progresso do Programa Operacional .....	37
4. Acções de Divulgação, Informação e Publicidade .....	41
5. Principais Dificuldades Encontradas na Implementação do Programa Operacional .....	49
6. Medidas Adoptadas para Garantir a Compatibilidade com as Políticas Comunitárias .....	50
7. Evolução Previsível para o ano Seguinte .....	54
ANEXOS .....	55
Indicadores de Realização .....	57
Indicadores de Resultado .....	59
Indicadores Comuns .....	61



## Introdução

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência, o PROCONVERGENCIA, é um programa participado pelo fundo estrutural FEDER, para o período 2007-2013, enquadrado no objectivo comunitário Convergência, com execução na Região Autónoma dos Açores, integrado no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para Portugal.

Apesar do PROCONVERGENCIA ter sido um dos primeiros três programas operacionais a obter Decisão Comunitária, em Outubro de 2007, decorrente de todo o processo de preparação e negociação do QREN, este primeiro Relatório de Execução Anual do PROCONVERGENCIA não contém dados e informações sobre a execução de operações e projectos.

Não obstante não se reportar execução financeira e física de programação, neste relatório procura-se registar alguns aspectos dos trabalhos entretanto desenvolvidos e que preencheram este ano de 2007, período algo complexo e denso, por se justapor a execução física e financeira das operações aprovadas e em execução do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006, com a exigente preparação deste novo período de programação 2007-2013.

Nos capítulos seguintes serão reportadas as actividades desenvolvidas e os principais aspectos que marcaram a este primeiro ano de execução do novo ciclo de política regional, adoptando uma estrutura de relatório proposta pelo Instituto Financeiro de Desenvolvimento Regional.

Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores

Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA

Junho de 2008



## Sumário Executivo

Até ao último trimestre do ano de 2007 foram desenvolvidos diversos trabalhos e tarefas de preparação, elaboração e negociação dos instrumentos necessários ao arranque dos programas operacionais do QREN português.

Em 5 de Outubro de 2007, o PROCONVEGENCIA integrou o primeiro lote de programas do QREN que foi objecto de Decisão Comunitária.

Até ao final do ano foram preparados os instrumentos de gestão e de acompanhamento e aprovados em Comissão de Acompanhamento os critérios e as metodologias de selecção dos projectos e das operações. Foram ainda lançados os avisos de candidaturas e desenvolvidas acções de divulgação do programa.

Os órgãos de gestão e de acompanhamento foram designados e expressos em diploma legal, bem como os de direcção política e de aconselhamento estratégico.

Em 2007 não há a registar execução financeira e material de operações. Por essa razão os fluxos financeiros imputáveis ao programa relacionaram-se com a transferência de parte do adiantamento de 2007, tendo a parcela restante sido transferida em Janeiro de 2008.

À data de elaboração deste relatório de execução e no âmbito da previsão de execução até ao final de 2008 regista-se execução financeira e material do PROCONVERGENCIA, traduzida em compromissos, em apuramento de execução financeira e material de operações e em pagamentos de comparticipação FEDER devida aos beneficiários do programa. O único Grande Projecto previsto executar durante a vigência do programa foi preparado e já apresentado aos serviços competentes da Comissão Europeia. O Plano de Comunicação, preparado pela Autoridade de Gestão, foi apresentado dentro dos prazos estabelecidos e já aceite formalmente pela Comissão.

Até ao final do corrente ano de 2008 espera-se cumprir as metas fixadas para a execução financeira, para as acções de acompanhamento e de verificação on spot da despesa apresentada para certificação, bem como a reunião de condições para a apresentação de pelo menos um pedido de reembolso de despesa. O sistema de informação e demais instrumentos de gestão estarão em pleno funcionamento.





## 1- Introdução e Enquadramento do Programa Operacional

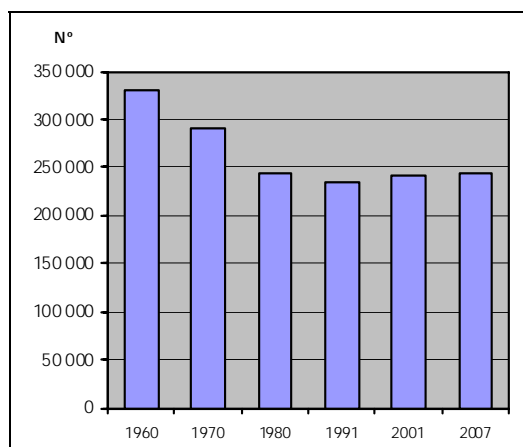
Neste primeiro capítulo será apresentada de forma breve uma visão sobre elementos de evolução de conjuntura na Região, em ordem a se introduzir elementos de enquadramento sobre o ambiente socioeconómico em que se desenvolve a programação.

Ainda neste capítulo, e num segundo ponto, far-se-á também uma breve apresentação do PROCONVERGENCIA em termos da sua estrutura de objectivos e de eixos prioritários.

### 1.1 - Situação Socioeconómica em 2007

#### Evolução Demográfica

Os dados mais recentes, 244 mil habitantes, reportados a 2007, sobre a evolução do número de residentes, apontam no sentido da confirmação de um novo ciclo de crescimento revelado pelo recenseamento de 2001. Depois de décadas de perda de população por via da emigração, nomeadamente para países do continente americano, como os Estados Unidos da América do Norte e o Canadá, o crescimento da população residente nos Açores integra-se num ciclo de atracção e valorização de recursos humanos.



Efectivamente, ao crescimento gerado pelos movimentos demográficos naturais tem vindo a juntar-se saldos migratórios positivos. É verdade que os saldos fisiológicos anuais revelam tendência a

decrecer, mas ainda comportam níveis de natalidade significativamente maiores do que os das regiões com as quais há interações de mobilidade social e de economia.

O carácter positivo dos saldos migratórios decorre de mudanças nas relações com as sociedades de emigração mais antiga, mas também vem incluindo novas situações.

#### Decomposição da Evolução Demográfica

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População .....	237 028	241 763	238 767	240 024	241 206	242 241	243 018	244 006
Saldo fisiológico .....	854	521	395	445	550	579	471	586
Saldo Migratório ....	-1 036	4 214	-3 391	812	632	458	306	402

Fonte: INE, SREA, DREPA.

De facto os últimos dados sobre população estrangeira legalmente residente nos Açores registaram um total 3959 pessoas no ano de 2006, tendo no mesmo ano 917 solicitado residência e 96 pedido para cessarem.

As estimativas da população residente segundo a distribuição etária são compatíveis com as tendências de evolução demográfica já referidas.

O grupo dos mais jovens (0 a 14 anos) reduz a sua importância, na sequência lógica da natalidade decrescente; o grupo da população em idade potencialmente activa (15 a 64 anos) aumenta o seu peso pela progressão etária natural dos jovens que vão engrossando o potencial de mão-de-obra no mercado de trabalho e, também, pelo reforço em recursos humanos que o saldo migratório faz pressupor; finalmente, o grupo dos mais idosos (65 e mais anos) vai mantendo um certo paralelismo com a dimensão da população global.

Desta forma, com uma menor proporção dos jovens em relação aos idosos, um horizonte de envelhecimento da sociedade deixa antever-se, mas, por outro lado, uma maior proporção de activos em relação aos mesmos idosos favorece antes uma certa dinâmica ou, pelo menos, sustentabilidade social.

#### Estrutura Etária da População

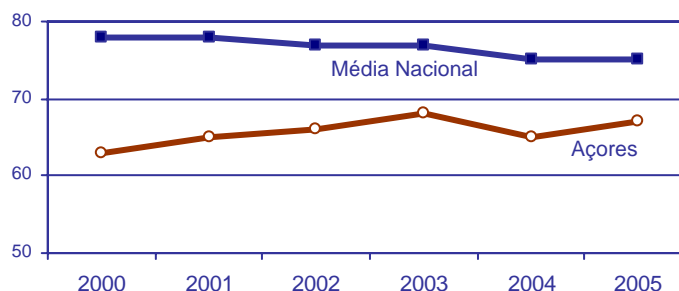
	1991	2001	2006
0-14 anos	26,4	21,4	19,3
15-64 anos	61,1	65,6	68,3
65 e + anos	12,5	13,0	12,4

## Aspectos Macroeconómicos

## PRODUTO INTERNO BRUTO

No ano de 2005, o PIB regional calculado pelo INE traduziu-se em 3 018 milhões de euros, representando um crescimento de 4,5% em relação ao ano anterior. Esta evolução, sendo superior à média nacional, implicou um certo alargamento da produção regional açoriana no âmbito do conjunto da economia portuguesa e contribuiu para o processo de convergência real com a média da União Europeia.

Evolução do PIB pc PPC (EU 27=100)



**Produto Interno Bruto**  
a preços de mercado

Unidade: milhões de euros

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
1. Açores .....	2 274	2 488	2 666	2 785	2 887	3 018
2. País .....	122 270	129 308	135 434	138 582	144 128	149 123
% (1/2) .....	1,86	1,92	1,97	2,01	2,00	2,02
PIB per capita (mil euros/hab.) .....	9,6	10,5	11,2	11,6	12,0	12,5
PIB per capita (Portugal=100) .....	80,2	83,5	85,7	87,6	87,4	88,3

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2005 (base 2000).

Para estes resultados registados em 2005, participaram factores como o maior volume de emprego e, principalmente, o acréscimo de produtividade. A evolução da produtividade decorre da lógica de transformações no mercado regional, através da mobilidade de factores de produção e da integração em tendências gerais de evolução económica.

Neste sentido, a desagregação sectorial do VAB em 2005 confirma a continuidade de um processo de terciarização, basicamente alimentado pelo crescimento de actividades comerciais e financeiras, enquanto outros serviços com elevada representatividade absoluta (públicos administrativos, educação, saúde) registaram, em 2005, e em sequência de anos anteriores, maior moderação de crescimento.

Apesar destas tendências gerais, há aspectos decorrentes de características regionais que certos dados de produção por ramos de actividade deixam transparecer. O caso mais evidente será o das actividades no sector primário que, registando um VAB de 321 milhões de euros em 2005, atingiu a elevada representatividade de 12,4% do total regional de 2 597 milhões de euros. Esta representatividade não se enquadra em padrões frequentes em economias industriais e terciarizadas, todavia também não corresponde a actividades tecnologicamente residuais; antes, e pelo contrário, é sustentada por elevadas produtividades, que se situam ao nível das atingidas pelas indústrias e superam significativamente as observadas no mesmo sector primário a nível nacional.

**VAB por Ramos de Actividades Económicas, (A6)**

Unid.: milhões de Euros

Actividades	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Primárias .....	296	295	311	313	323	321
Industriais e energia .....	183	193	216	232	248	265
Construção .....	132	166	172	161	173	162
Comerciais .....	427	484	517	544	569	594
Financeiras.....	291	325	332	371	373	406
Outros serviços .....	654	707	769	798	824	849
Total .....	1.983	2.170	2.317	2.419	2.510	2.597

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2005 (base 2000).

A Formação Bruta de Capital Fixo ao longo do ano de 2005 acumulou o total de 1 288 milhões de euros, correspondendo a cerca de metade do valor da produção económica no mesmo ano. Efectivamente, a taxa de investimento aparente, isto é, a proporção do valor da FBCF em relação ao valor do VAB, traduziu-se em, mais precisamente, 49,6%.

Os ramos com maiores volumes de investimento em capital fixo foram os do sector terciário - grosso modo: comerciais, financeiros e administrativos. Todavia, nas actividades construção registou-se um significativo volume de recursos investidos em relação ao volume gerado pelas mesmas actividades, atingindo a taxa de investimento aparente 56,2%. Esta intensidade de investimento deixa pressupor elevados níveis de auto-financiamento e/ou utilização de recursos disponibilizados por outras actividades.

Ainda em termos relativos, e no âmbito da economia portuguesa, registou-se um investimento regional com incidência significativa no ramo de indústrias e energia.

## FBCF - Formação Bruta de Capital Fixo, (A6)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Primárias .....	36	33	39	37	31	114
Industriais e energia .....	87	105	131	119	91	113
Construção .....	37	39	36	56	72	91
Comerciais .....	189	176	184	171	161	127
Financeiras .....	117	61	65	226	207	296
Outros serviços .....	457	588	584	561	473	547
Total .....	923	1 002	1 039	1 170	1 035	1 288

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2005 (base 2000).

## MERCADO DE EMPREGO

Em 2007, o número de 112,2 milhares de indivíduos da população activa incorpora um crescimento de 0,36% em relação ao ano anterior. Esta evolução seguiu um certo equilíbrio global com os recursos humanos disponíveis durante o mesmo período, na medida em que a taxa de actividade se manteve na ordem de 46%.

Já a taxa de actividade feminina de 36,0% integrou-se na tendência de reforço da participação das mulheres no mercado de emprego, mesmo em conjuntura menos expansiva e com o número de pessoas involuntariamente dispensadas das actividades remuneradas a contribuir para o aumento do número de desempregados.

## Condição da População Perante o Trabalho

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População Activa.....	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773	111 755	112 159
Empregada.....	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283	107 500	107 284
Desempregada .....	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490	4 255	4 875
População Inactiva .....	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873	130 956	131 222
Tx. de Actividade (%) .....	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4	46,0	46,1
Tx. de Actividade Feminina (%) ....	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8	34,9	36,0
Tx. de Desemprego (%) .....	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1	3,8	4,3

Fonte: SREA - Inquérito ao Emprego.

Na população inactiva continuaram a verificar-se as tendências anteriores na sua composição, através da redução da população doméstica e do aumento da população reformada.

A extensa componente constituída pela população estudantil não se encontra desagregada pelas estatísticas disponíveis.

#### População Inactiva

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Domésticos.....	28,3	27,1	26,9	27,3	27,3	26,6	25,2	24,8
Reformados .....	14,1	15,0	15,4	16,4	15,8	16,0	17,4	17,6
Outros .....	57,6	57,9	57,7	56,3	56,9	57,4	57,5	57,6
Total .....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA - Inquérito ao Emprego.

Na população activa empregada e distribuída segundo os sectores de actividade evidenciou-se o alargamento no secundário, que passou a representar 26,8%, devido à criação líquida de postos de trabalho no ramo de construção.

Os ramos de alojamentos turísticos e restauração e o de transportes e comunicações também registaram acréscimos significativos no volume de emprego. Todavia, os seus efeitos foram absorvidos em termos de agregação no âmbito do terciário, atendendo que não foram suficientes para compensar os decréscimos noutros serviços, como os da Administração Pública e do ensino.

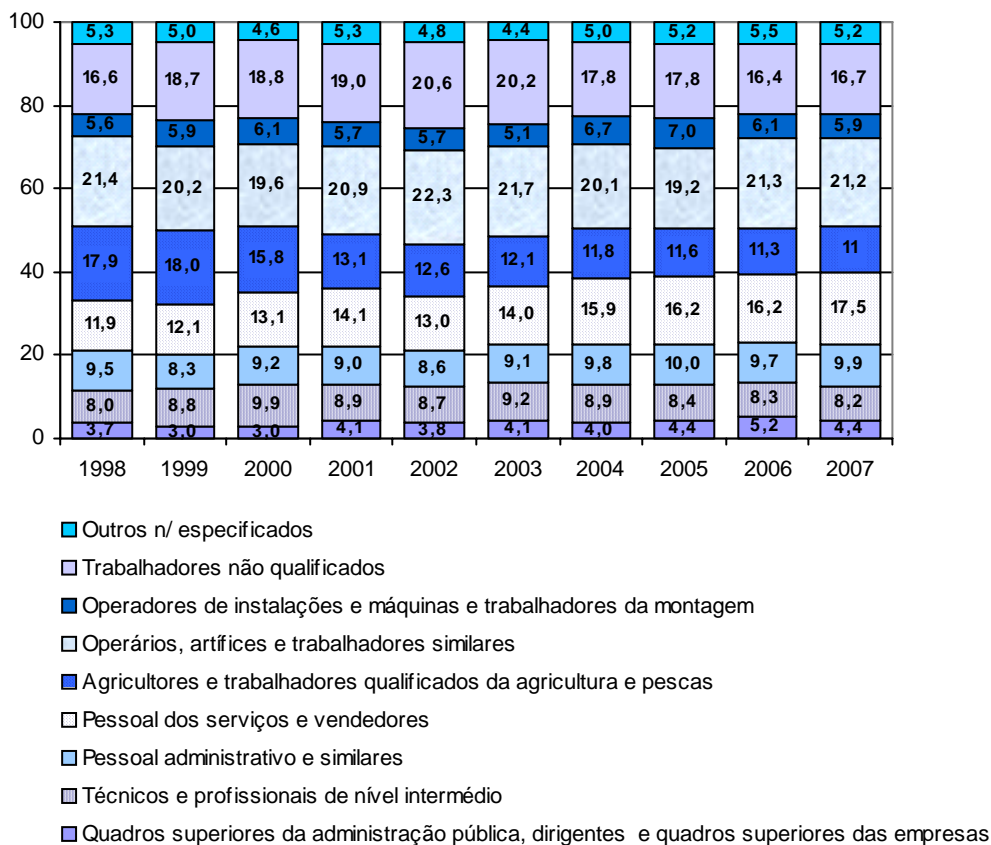
#### População Activa Empregada por Sectores de Actividade

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Sector Primário .....	16,4	13,8	13,4	12,8	12,5	12,4	12,4	12,0
Sector Secundário .....	25,9	28,2	29,2	28,2	26,4	25,4	25,9	26,8
Sector Terciário .....	57,7	58,0	57,4	59,0	61,1	62,2	61,7	61,2
Total.....	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SREA - Inquérito ao Emprego.

Observando a mesma população activa empregada, mas segundo as profissões, assinala-se um reforço mais expressivo nas profissões de pessoal de serviços e vendedores e de administrativos e similares. Além destas profissões refere-se também a de trabalhadores não qualificados com um reforço mais moderado, mas ainda significativo no sentido de ter sido superior ao crescimento médio.

População Activa Empregada, por Profissão (%)



Observando, ainda a população activa empregada, mas agora segundo a situação na profissão, verifica-se que a componente de trabalhadores por conta de outrem basicamente manteve o seu nível de representatividade na ordem de 78%. Esta estabilidade global, todavia, registou dentro de si própria um certo reforço do número de trabalhadores abrangidos por contratos com termo em relação ao de trabalhadores sem termo e, também, ao de outras formas não definidas, mas menos representativas.

População Activa Empregada, por Situação na Profissão (%)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Conta de Outrém .....	72,8	75,6	78,0	78,1	78,4	78,5
Sem termo .....	53,9	57,7	60,3	62,2	63,1	62,5
Com termo .....	14,3	14,3	13,9	12,8	12,6	13,8
Outros .....	4,6	3,6	3,8	3,2	2,7	2,2
Conta Própria .....	24,3	21,8	19,9	19,9	19,4	19,1
Familiar e Outras .....	2,9	2,6	2,1	2,0	2,2	2,4
<b>Total .....</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>1100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SREA - Inquérito ao Emprego.

Observando o mercado de emprego nos Açores em termos mais globais, poderá dizer-se que contém elementos de funcionalidade adequados às condições económicas e sociais correntes, mas há indicadores que apontam no sentido de estruturas mais diferenciadas.

Como exemplo da primeira situação, refere-se o nível de actividade e participação no mercado de emprego, onde as taxas de actividade já se aproximam das de estruturas comparáveis, colocando-se a necessidade de ajustamento sobretudo em aspectos mais parcelares e em termos de grau de intensidade.

Como exemplo da segunda situação, destaca-se a formação académica da população activa empregue nos Açores que, aliás à semelhança da de Portugal, se concentra ao nível do ensino básico, enquanto na UE a 27 países se centra no grau de ensino intermédio, isto é, no ensino secundário. Assim, qualquer evolução no sentido de ajustamento inclui a dimensão quantitativa no sentido de alargamento de formação a mais população em idade activa, mas implicando movimentos ao longo das diversas categorias do sistema e não apenas de elementos ou parcelas da estrutura.

Elementos de Estrutura, 2007

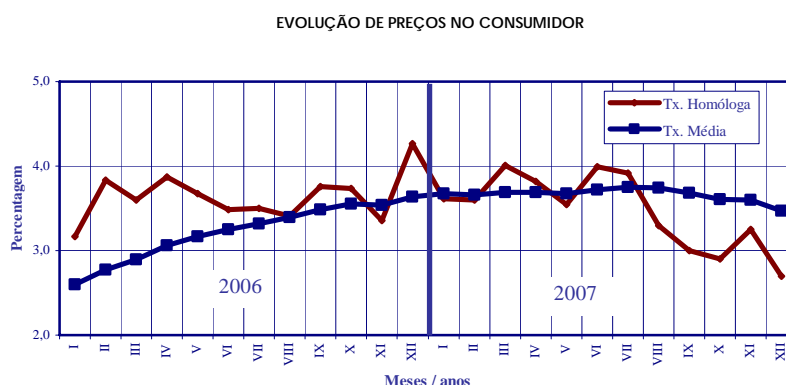
	Açores	Portugal	EU (27 países)
Taxa de Actividade			
Total .....	46,1	53,0	48,3
Homens .....	56,3	58,2	54,5
Mulheres .....	36,0	48,1	42,4
Nível de Escolaridade Completo (%)			
Até ao básico, 3º ciclo .....	78,1	70,8	24,6
Secundário .....	13,6	15,0	49,4
Superior .....	8,3	14,2	26,1

Fontes: SREA / INE, Eurostat e DREPA.



## PREÇOS

A evolução dos preços no consumidor durante o ano de 2007 traduziu-se numa taxa média de 3,5%, correspondendo a uma desaceleração em relação à evolução no ano anterior. O sentido desta evolução manter-se-á no curto prazo, conforme decorre dos últimos registos mensais representarem em relação aos respectivos meses homólogos do ano anterior taxas de variação inferiores, contribuindo assim para baixar os próximos valores, particularmente, no cálculo das taxas médias durante os períodos iniciais (do 1º semestre) de 2008.



## Aspectos Sectoriais

Os diversos indicadores simples já disponíveis para as actividades durante o ano de 2007 apontam para níveis e ritmos de actividade compatíveis com as estruturas mais representativas e as condicionantes correntes das actividades económicas.

### Indicadores Simples de Conjuntura

	2007	(2007/2006) %
Leite Entregue nas Fábricas (milhões de litros) .....	506.2	0.1
Pesca Descarregada nos Portos (mil toneladas) .....	15.8	33.9
Licenças de Obras .....	1843	-11.2
Oferta de Cimento (mil toneladas) .....	351.3	6.7
Consumo de Electricidade(GWh).....	728.3	4.0
Dormidas na hotelaria tradicional (milhares).....	1 203.5	0.4
Desembarque de Passageiros nos Aeroportos (milhares).....	898.6	2.6
Venda de Automóveis Novos .....	4 392	-11.2

Fonte: SREA.

Os indicadores mais associados às produções de bens e serviços predominantemente exportadores (leite, pesca e hotelaria) revelam uma certa moderação de crescimento, mas mantiveram um nível significativo no contexto da evolução dos mercados externos.

Os indicadores mais associáveis a investimentos mostram alguns sinais aparentemente contraditórios, como o do decréscimo de licenças para obras e o do crescimento de oferta de cimento. Aqui os indicadores serão demasiado agregados para detectarem variações significativas em termos das diversas componentes.

Também o indicador sobre a venda de automóveis novos registou um decréscimo que decorrerá, sobretudo, de uma alteração ou adaptação em termos de padrão de consumo, já que o decréscimo resultou da evolução das vendas de automóveis ligeiros de passageiros, mas não das vendas de automóveis comerciais.

O indicador sobre o consumo de electricidade pelo seu carácter inter-sectorial encontrar-se-á a um nível mais próximo da evolução global.

## 1.2 - Apresentação Sintética do Programa Operacional

Este programa operacional, comparticipado pelo fundo estrutural FEDER, adoptado pela Decisão da Comissão C(2007) 4625, de 5 de Outubro de 2007, CCI 2007 PT 161 PO 006, abrange um leque diversificado de sectores e de beneficiários finais das comparticipações comunitárias.

A estratégia de desenvolvimento contida neste instrumento de programação encerra elementos de uma política de coesão económica e social, abarcando um conjunto de domínios estratégicos, com fortes ligações, interdependências e interactividades entre si, envolvendo factores associados à produção e aos mercados, outros relacionados com o factor humano, outros ainda com a dotação e funcionamento das infra-estruturas e dos equipamentos de apoio distribuídos pelo território regional.

As prioridades estratégicas do PROCONVERGENCIA estruturam e identificam as principais medidas transversais de política económica e social, sustentadas em instrumentos de política pública. Deste quadro, emerge a selecção de grandes linhas de orientação estratégica, sobre as quais irá incidir a concentração dos esforços do programa operacional:

- i) qualificação e robustecimento da economia, na perspectiva de mais competitividade, fortalecimento e diversificação do tecido produtivo regional, promoção do espírito empresarial e no impulso à inovação, à utilização de novas tecnologias de informação e comunicação e à sociedade da informação;
- ii) desenvolvimento dos recursos humanos, assente no reforço do investimento no capital humano, melhorando a educação e as competências para a competitividade, na inclusão social e na qualidade vida;
- iii) melhoria das acessibilidades, através da requalificação das redes estruturantes;
- iv) sustentabilidade ambiental e a prevenção e gestão dos riscos;
- v) compensação dos efeitos da ultraperiferia, em que de acordo com o artº 11 do Regulamento (CE) 1080/2006, de 5 de Julho, relativo ao FEDER, as regiões ultraperiféricas recebem um tratamento particular, que se traduz numa dotação específica adicional utilizada a fim de compensar os sobrecustos derivados da sua condição de ultraperifericidade.

Não dispensando a consulta ao texto original do programa e aos avisos de abertura de candidaturas, para maior compreensão e detalhe das áreas de elegibilidade do PO, de forma sucinta o PROCONVERGENCIA estrutura-se nos seguintes eixos prioritários, objectivos específicos e tipologias de projectos:

## **EP1- Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores**

### **OE1.1 Qualificar o investimento empresarial**

Compreende sistemas de incentivos, com apoios nos domínios do desenvolvimento local, do turismo, de sectores estratégicos, da competitividade, da eficiência energética, entre outros domínios. Compreende ainda um grande projecto relativo a aquisição de 2 navios para o transporte inter-ilhas de pessoas e viaturas.

### **OE1.2 Rede de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas**

Abrange a construção e equipamento de laboratórios, centros de distribuição, infra-estruturas turísticas, campanhas de promoção, marketing, certificação, promoção da qualidade.

### **OE1.3 Apoiar a investigação na Região**

Integra as infra-estruturas e reequipamento científico, actividades de I&D; divulgação científica; ensino experimental das ciências, entre outras áreas de intervenção.

### **OE1.4 Iniciativas de I&D de contexto empresarial**

Parcerias entre instituições científicas e empresas, transferência tecnológica; investigação aplicada.

### **OE1.5 Melhorar a acessibilidade e a utilização das TICs**

Projectos abrangendo o equipamento informático, de comunicação, infra-estruturas; conteúdos multimédia, apoio a espaços TIC; novos produtos e serviços, portais, digitalização de arquivos.

## **EP2- Qualificar e Integrar a Sociedade**

### **OE2.1 Modernizar a rede de equipamentos escolares**

Construção, remodelação, ampliação e modernização dos estabelecimentos de ensino. Aquisição de equipamento.

### **OE2.2 Valorizar o património cultural**

Construção, remodelação, ampliação e modernização de equipamentos culturais. Inventariação do Património. Divulgação, Aquisição de equipamentos.

### **OE2.3 Melhorar a rede de equipamentos locais**

Construção, remodelação, ampliação, reequipamento e modernização de equipamentos desportivos e de animação local.

**OE2.4 Modernizar equipamentos de saúde**

Construção, remodelação, ampliação e reequipamento de unidades de saúde. Modernização tecnológica dos estabelecimentos.

**OE2.5 Modernizar a rede de equipamentos de inclusão social**

Construção, remodelação, ampliação e reequipamento de unidades de actividades ocupacionais, integração dos imigrantes, repatriados.

**EP3- Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidade**

**OE3.1 Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas**

Construção, beneficiação e modernização de troços de estrada das redes viárias regional e municipal. Estacionamento, obras de arte, muros, correcção de traçados, alargamento de faixas. Ampliação, modernização das infra-estruturas portuárias comerciais e de pesca, incluindo a intervenção em cais, molhe, parques e terminais portuários.

**OE3.2 Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas**

Equipamentos de segurança rodoviária, de sinalização, de gestão automática de tráfegos, de carga e descarga, de apoio à operação no mar, introdução de novas tecnologias de gestão dos sistemas, estudos, diagnósticos, planos directores, de mobilidade.

**EP4- Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental**

**OE4.1 Ordenar o território**

Planos de ordenamento do território, da orla costeira, das bacias hidrográficas, gestão do ambiente urbano, produção cartográfica de base digital.

**OE4.2 Aumentar a cobertura das redes de infra-estruturas ambientais**

Infra-estruturas e equipamentos de abastecimento de água, de recolha tratamento e destino final de águas residuais e dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos. Estudos, campanhas.

**OE4.3 Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental**

Centros de interpretação, de educação ambiental, valorização das áreas classificadas, construção e equipamento de infra-estruturas ambientais, aquisição de equipamentos e instrumentos específicos, campanhas de educação ambiental, estudos e projectos que visem ampliar o conhecimento sobre o património ambiental.

#### OE4.4 Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos

Elaboração de estudos, de planos, sensibilização da população para a temática, monitorização dos riscos, construção beneficiação dos quartéis de bombeiros, aquisição de equipamento.

#### EP5- Compensar os Custos da Ultraperifericidade

##### OE5.1 Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transporte no arquipélago

Compensação: sobrecusto no serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, do sobrecusto com o transporte de doentes e do sobrecusto com o transporte de resíduos.

##### OE5.2 Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte no arquipélago.

Modernização, qualificação e equipamento de aerogares. Realização de obras nas pistas. Aquisição de equipamento de placa.

Em termos financeiros o PROCONVERGENCIA tem uma dotação do fundo estrutural FEDER de 966,3 milhões de euros, a que corresponde uma despesa pública total de cerca de 1,2 milhões de euros.

Plano de Financiamento do PROCONVERGENCIA								
Financiamento Total FEDER, Contrapartida Nacional e Taxa de Co-financiamento (Euros)								
EIXOS PRIORITÁRIOS	Financiamento Comunitário	Contrapartida Nacional	Repartição indicativa da contrapartida nacional		Financiamento Total	Taxa de Co-financiamento	Para informação	
			Financiamento Público Nacional	Financiamento Privado Nacional			Contribuições do BEI	Outros financiamentos
	(a)	(b) = (c)+(d)	(c)	(d)	(e)=(a)+(b)	(f)=(a)/(e)	(g)	(h)
Eixo Prioritário I - Dinamizar a Criação de Riqueza e Emprego nos Açores	344.444.353	60.784.298,00	60.784.298,00		405.228.651	85,00%		100.000.000,00
Eixo Prioritário II - Qualificar e Integrar a Sociedade Açoriana	233.781.483	41.255.556	41.255.556		275.037.039	85,00%		
Eixo Prioritário III - Melhorar as redes regionais de infra-estruturas de acessibilidades	170.989.709	30.174.655	30.174.655		201.164.364	85,00%		
Eixo Prioritário IV - Valorizar e qualificar o sistema ambiental	147.532.671	26.035.177	26.035.177		173.567.848	85,00%		
Eixo Prioritário V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade	65.600.833	65.600.833	65.600.833		131.201.666	50,00%		
Eixo Prioritário VI - Assistência Técnica do Programa	4.000.000	705.882	705.882		4.705.882	85,00%		
<b>TOTAL</b>	<b>966.349.049</b>	<b>224.556.401</b>	<b>224.556.401</b>		<b>1.190.905.450</b>	<b>81,14%</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000.000,00</b>

## 2- Sistemas de Gestão, Acompanhamento e Controlo

Neste capítulo do relatório será abordado todo o modelo de governação do programa, compreendendo um segundo ponto onde se reporta trabalho desenvolvido sobre um instrumento fundamental de gestão e de acompanhamento do PO, o sistema de informação.

### 2.1 - Gestão e Acompanhamento

#### Quadro institucional

No período em análise, parte relativamente importante da interacção com os diversos interlocutores responsáveis pela negociação do QREN, em geral, e dos PO, em particular, foi consagrada à definição e delimitação do modelo institucional de governação, e aqui a interacção com os interlocutores nacionais e comunitários foi fundamental na afinação da estrutura e competências dos órgãos de governação, quer também na produção dos diplomas que dão corpo e conferem legalidade a essa organização, quer ainda na afectação de meios humanos e materiais para o exercício dessas funções.

Em síntese, este modelo institucional no PROCONVERGENCIA compreende os seguintes órgãos:

#### 1) Direcção política

O acompanhamento político das intervenções operacionais será assegurado pela Comissão Intergovernamental para os Apoios Comunitários (CIAC). Este órgão preenche as funções de direcção política cometidas aos órgãos de governo próprio, no quadro das competências previstas no Estatuto Político - Administrativo da Região Autónoma e, por outro lado, articula estas funções e competências com os correspondentes órgãos de governação global do QREN.

A esta Comissão foram atribuídas, entre outras, competências de coordenação política global da execução das intervenções operacionais nos Açores, a aprovação de regulamentos, a apreciação de propostas dos relatórios anuais e do relatório final de execução, apreciação de propostas de revisão e de reprogramação do PROCONVERGENCIA, assegurar a representação do Governo Regional dos Açores na Comissão Ministerial de Coordenação do QREN.

O Governo dos Açores, nos termos da alínea z) do Artigo 60º do estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, através da Resolução do Conselho de Governo nº113/2007, de 18 de

Outubro, publicada na I Série do Jornal Oficial, explicita a composição e as competências deste órgão.

## 2) Aconselhamento estratégico

A criação da Comissão de Aconselhamento Estratégico constitui-se como uma inovação face aos anteriores períodos de programação, visa corporizar uma concertação estratégica, com o envolvimento directo de responsáveis pela direcção política e pela autoridade de gestão do programa, bem como por representantes do tecido institucional da região (eminentemente protagonizado pelas instituições do conhecimento, associações empresariais, sindicais, municipais e outras).

Este órgão não se constituirá como uma variante ou desvio das funções e competências da Comissão de Acompanhamento, mas antes como espaço privilegiado para a análise e debate das propostas oriundas dos principais agentes e parceiros estratégicos regionais, na discussão e apreciação da orientação estratégica dos programas operacionais.

Na já citada Resolução nº 113/2007 de 18 de Outubro, também se define a constituição e competências deste órgão.

## 3) Gestão

### *Designação da Autoridade de Gestão*

Desde os anos oitenta, antes ainda dos Quadros Comunitários de Apoio, quando os projectos eram aprovados directamente pela Comissão Europeia, era então a Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores que preparava todo o processo das candidaturas da RA dos Açores. Mais tarde, no início da década de noventa, com a programação plurianual, por via da introdução dos Quadros Comunitários de Apoio, esta direcção regional evoluiu para a assumpção das atribuições de autoridade de gestão dos programas regionais dos Açores, designadamente os PO PEDRAA 1990-93, PEDRAAII 1994-1999 e o PRODESA 2000-2006. No entanto, a DREPA também desempenhou o papel de interlocutor regional e/ou de gestor para as Iniciativas Comunitárias, desde os remotos PNIC (programas nacionais de interesse comunitário), passando pelas iniciativas comunitárias VALOREN, STAR, REGIS I e II e KONVER, até aos mais recentes PRAI (programas regionais de acções inovadoras), onde a DREPA preparou, negociou e geriu um programa para os Açores. Finalmente, com a aplicação do Fundo de Coesão nos Açores (a partir de 2000), foi também esta direcção regional que assegurou a interlocução e o desempenho de tarefas de gestão no que concerne aos projectos regionais.



As competências da Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA ou de outro programa operacional para este período de programação estão bem definidas e explicitadas na regulamentação comunitário aplicável.

O Governo dos Açores decidiu através da Resolução do Conselho de Governo nº112/2007, de 17 de Outubro, designar a Direcção Regional de Estudos e Planeamento como Autoridade de Gestão do PROCONVERGENCIA, devendo assegurar o exercício das competências definidas pelos regulamentos comunitários para as Autoridades de Gestão, receber a orientação política do órgão de direcção política do PO e prestar as informações relevantes e pertinentes sobre a execução do Programa, designadamente no que respeita a realizações, resultados e impactos, aos órgãos técnicos de coordenação e monitorização estratégica, operacional e financeira do QREN (Observatório do QREN e Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional), de auditoria e controlo (Inspecção-Geral de Finanças) e de certificação (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional);

### *A Estrutura*

A DREPA assume integralmente as decisões de gestão, designadamente as relativas a candidaturas de operações. Porém, estruturando-se o PROCONVERGENCIA em vários instrumentos de política pública, será apoiada, meramente em termos consultivos, por comissões de selecção, constituídas uma por cada eixo prioritário, integradas por elementos com responsabilidades na gestão desses instrumentos, no âmbito dos principais domínios de intervenção englobados em cada eixo.

Atendendo a este modelo e à natureza dos órgãos envolvidos, despistam-se situações de participação de beneficiários e destinatários finais no processo de selecção de projectos.

Em termos de funcionamento interno a Autoridade de Gestão estrutura-se em dois grandes níveis:

#### *a) Decisão/Coordenação*

No primeiro nível situa-se o gestor do programa operacional, o director da DREPA, como primeiro responsável da autoridade de gestão, com a capacidade exclusiva de decisão, de representação principal da autoridade de gestão e ainda com a coordenação directa de algumas funções de gestão.

Compreende ainda um elemento de coordenação, o director de serviços da DREPA, que terá como principal função a coordenação directa de algumas funções de gestão e de representação da autoridade de gestão, quando solicitado e/ou na falta e impedimentos do gestor.

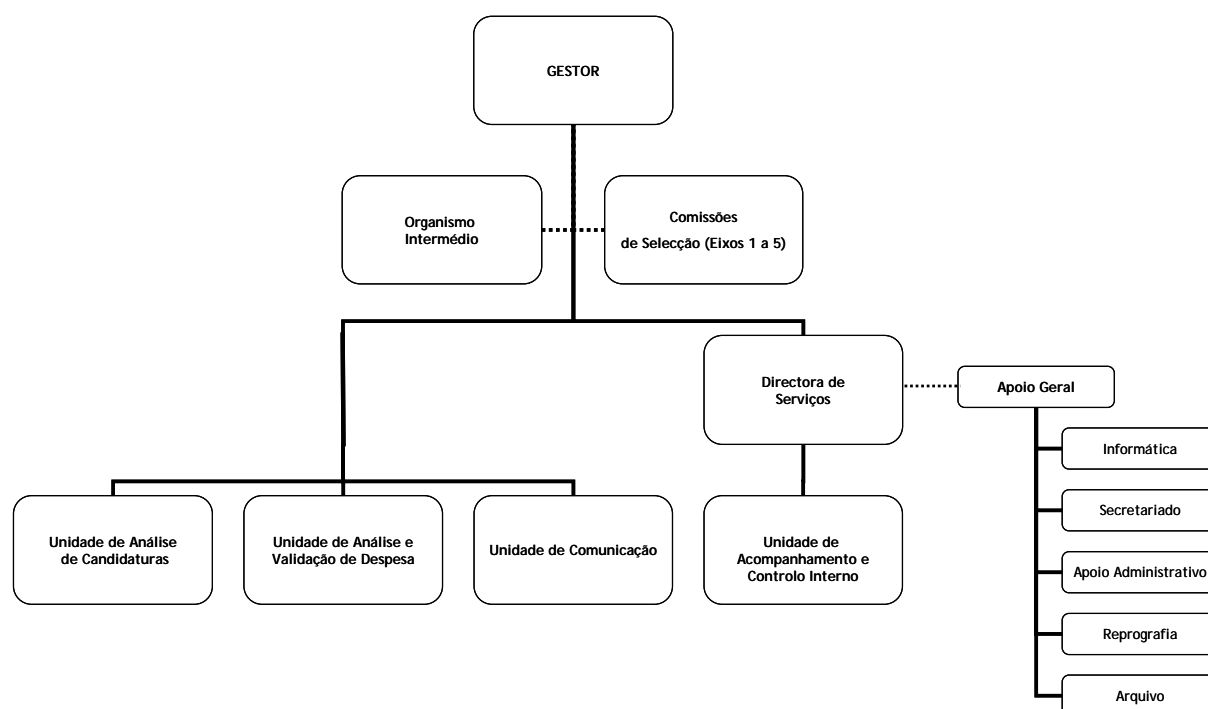
#### *b) Secretariado Técnico*

O secretariado técnico do PROCONVERGENCIA estrutura-se em unidades operacionais, com as seguintes funções: análise de candidaturas; análise e validação de despesa; acompanhamento e controlo interno e comunicação.

Acresce ainda funções de Apoio Geral que serão exercidas no âmbito do quadro do pessoal e das tarefas correntes da DREPA, onde o núcleo de informática assegura a manutenção e operacionalidade dos sistemas de informação, das aplicações correntes utilizadas, na manutenção e actualização do hardware e o apoio administrativo e de secretariado que assegura as comunicações, a conservação do arquivo; a actualização do Sistema de Gestão Documental (SGC).

Em termos esquemáticos a estrutura de gestão do PROCONVERGENCIA é a seguinte:

#### ESTRUTURA DE GESTÃO DO PROCONVERGENCIA



#### *Funções delegadas pela autoridade de gestão*

Tendo em conta o disposto no número 2 do Artigo 59.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e em consonância com as disposições dos artigos 42.º e 43.º do mesmo Regulamento, as funções de gestão relativas a sistemas de incentivo ao investimento privado inseridos no Eixo prioritário I - Dinamizar a Criação de Emprego e Riqueza nos Açores foram delegadas (à data de elaboração deste relatório foi já assinado o contrato entre as partes), na Direcção Regional de Apoio à Coesão

Económica (DRACE), serviço de carácter operativo da administração pública autónoma dos Açores, com competências na área do fomento ao investimento privado.

Durante os anos de 2006 e 2007 foram elaborados e publicados todos os regulamentos necessários à implementação dos sistemas de incentivos na Região Autónoma dos Açores, para o período 2007-2013:

- Decreto Legislativo Regional n.º 27/2006/A, de 31 de Julho - Regulamento do Empreende Jovem;
- Decreto Legislativo Regional n.º 26/2006/A, de 31 de Julho - Regulamento do PROENERGIA;
- Decreto Legislativo Regional n.º 19/2007/A, de 23 de Julho - Cria o SIDER, em vigor pelo período 2007-2013;
- Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2007/A, de 24 de Outubro - Regulamento do Desenvolvimento do Turismo;
- Decreto Regulamentar Regional n.º 22/2007/A, de 25 de Outubro - Regulamento do Desenvolvimento Local;
- Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2007/A, de 29 de Outubro - Regulamento do Desenvolvimento Estratégico;
- Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2007/A, de 19 de Novembro - Regulamento do Desenvolvimento da Qualidade & Inovação;

#### *Procedimentos escritos*

Foram preparados durante o ano de 2007 alguns documentos que regulamentam o funcionamento do Programa e que deram corpo, já em 2008, ao processo de descrição dos sistemas de gestão e controlo, conforme previsto na regulamentação:

##### a) Regulamento específico do programa

Documento que orienta a intervenção dos beneficiários e demais agentes envolvidos nas tarefas de gestão, acompanhamento, controlo e avaliação do programa.

##### b) Avisos de abertura de candidaturas

Os apelos à apresentação de candidaturas ao PROCONVERGENCIA foram efectuados através da publicitação de avisos de abertura de candidaturas no sítio do programa, por e-mail, para os principais beneficiários e pretendem servir de apoio aos beneficiários finais no acesso ao programa.

Estes avisos contêm elementos adicionais de esclarecimento sobre o conteúdo de cada eixo prioritário, a enumeração dos beneficiários finais e ainda uma especificação e detalhe da tipologia de projectos e dos critérios de selecção associados a cada um dos objectivos específicos.

Foram elaborados avisos para os seis eixos prioritários e o regulamento interno da Comissão de Selecção de Candidaturas.

#### c) Manual de procedimentos

Documento técnico que reproduz e explicita os diversos procedimentos e tarefas de gestão e verificação das operações.

Este documento desempenha fundamentalmente o papel de manual para o pessoal técnico que integra o secretariado técnico do PROCONVERGENCIA.

#### d) Orientações

Neste grupo incluem-se todos os instrumentos de gestão que têm um carácter informativo para os potenciais beneficiários, em ordem a um conhecimento mais profundo e um acesso mais eficiente aos apoios do programa e deveres e tarefas a cumprir após a aprovação das operações.

Foram preparadas orientações de apoio aos beneficiários para as seguintes situações:

- Instrução de Candidaturas;
- Organização dos Dossiers e Conservação de Documentos;
- Informação e Publicidade das Operações;
- Contratação Pública;
- Projectos Geradores de Receitas.

#### e) Notações

Neste grupo incluem-se todos os instrumentos de gestão que sintetizam o trabalho técnico desenvolvido pelo Secretariado Técnico durante todo o período de “vida” do projecto, designadamente a passagem pelas fases de análise, de selecção, de validação de contratação pública, de validação de despesa, de verificação e de encerramento do processo e que integram o manual de procedimentos.

Como lista indicativa enumeram-se os seguintes documentos elaborados em 2007:

- Check-list de condições de admissibilidade e aceitação
- Relatório de aplicação de critérios de selecção
- Relatório de Análise
- Check list de contratação pública
- Check-list de validação de despesa
- Termo de Aceitação e Contrato

### *Acompanhamento*

Sem prejuízo de verificações de natureza pontual, fundamentalmente em operações de grande valor, ou em relação às quais tenham sido previamente identificados problemas ou irregularidades, ou em operações relativamente às quais tenham sido identificados durante controlos documentais elementos que se afiguram poucos usuais e que exijam um exame suplementar, foi desenhado um modelo de acompanhamento que compreende 4 tipos de acções de acompanhamento:

- Acções de encerramento de projecto - Constam de visita ao beneficiário com verificação documental e física do projecto. Pretende-se que cada projecto aprovado pelo PROCONVERGENCIA seja alvo de pelo menos de uma acção deste tipo, que decorre normalmente próximo do encerramento do projecto e após recepção do relatório final.
- Acções de verificação e de certificação de despesa - São acções de verificação de despesa, controlo documental e físico, sobre projectos que constam dos pedidos de certificação de despesa, cuja escolha resulta de método de aplicação de método de amostragem.
- Acções de controlo interno - acções que serão realizadas por entidades externas e que compreendem a verificações no beneficiário e na autoridade de gestão.
- Acções de controlo de follow-up de recomendações.

As actividades de acompanhamento e de verificação previstas no programa serão realizadas por unidade operacional do secretariado técnico do programa, segregada das demais funções de gestão.

Tendo em conta que as primeiras aprovações de candidaturas se efectuaram em 2008, não foram efectuadas acções de controlo.

### *Controlo interno de gestão*

O controlo interno de gestão será exercido maioritariamente por equipas de auditoria contratadas para o efeito.

As equipas externas contratadas utilizarão questionários normalizados, incidindo sobre as funções de gestão e as verificações juntos dos beneficiários.

Durante o ano de 2007 não foram desenvolvidas acções de controlo interno.

#### 4) A Comissão de Acompanhamento

A Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA é responsável pelo exercício das competências definidas nos regulamentos comunitários e desempenha a missão essencial de assegurar a participação dos municípios e dos parceiros económicos, sociais e institucionais.

Foi decidido, na observância do permitido pela regulamentação comunitária, que fosse apenas criada uma Comissão de Acompanhamento para os dois programas operacionais da região com financiamento pelos fundos estruturais FEDER e FSE.

Em conformidade, em Outubro de 2007 foi elaborada e publicada a Resolução nº 108/2007, de 11 de Outubro, que define a constituição e as atribuições desta Comissão de Acompanhamento.

A Comissão de Acompanhamento conjunta PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO reuniu por uma vez, em 20 de Novembro de 2007, tendo os trabalhos incidido na análise e aprovação da proposta de regulamento interno, apresentação dos Programas Operacionais, apresentação e aprovação dos critérios de selecção de candidaturas e na troca de informações entre os diferentes representantes dos principais intervenientes na execução e acompanhamento do PROCONVERGENCIA.

Desta reunião foi lavrada acta. Foi criado no site do programa um espaço próprio para as actividades da Comissão de Acompanhamento.

## 2.2 Sistemas de Informação

Face ao anúncio pela Autoridade de Certificação, em Fevereiro de 2007, sobre a então designada alteração de paradigma em matéria de sistemas de informação para este período de programação, em que esta entidade não iria providenciar um sistema de informação normalizado para a gestão dos programas operacionais, mas, outrossim, deixaria à responsabilidade de cada PO a construção de sistema próprio, a DREPA tomou a decisão urgente de iniciar o desenvolvimento de um sistema de informação para o PROCONVERGENCIA que permitisse a desmaterialização de processos, a simplificação de procedimentos e a sistematização de toda a informação necessária à análise das candidaturas e ao acompanhamento do Programa.

De imediato deu-se início à execução do programa informático.

À data de elaboração deste relatório encontra-se concluído o FrontOffice, estando este disponível aos beneficiários para submissão de candidaturas, documentação relativa aos procedimentos de contratação e envio de pedidos de pagamento.

O Backoffice está em fase adiantada de desenvolvimento prevendo-se a sua conclusão para breve.

### *Arquitectura geral*

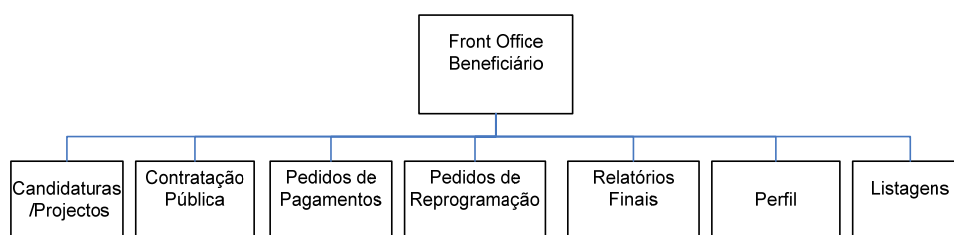
O Sistema de Informação do Programa Operacional PROCONVERGENCIA (SIPOP) é constituído por quatro módulos fundamentais: O FrontOffice, o BackOffice, a Exploração de Dados e Produção de Relatórios Dinâmicos e o Módulo de Exportação de Dados.

a) FrontOffice - Disponível para o utilizador final (beneficiários) que a partir deste módulo podem efectuar as suas candidaturas, anexar documentos, efectuar pedidos de pagamento, pedidos de reprogramação, remeter relatórios finais de projecto e obter as listagens necessárias aos processos.

De forma a desenvolver os processos foi necessário que o FrontOffice disponibilizasse para os beneficiários a possibilidade de submeterem toda a informação necessária. Assim sendo, o FrontOffice do SIPOP está dividido em diversos módulos que correspondem em larga medida aos processos do PROCONVERGENCIA.

Foram, entretanto, adicionados mais dois módulos que permitem ao utilizador do FrontOffice listar, imprimir e verificar a situação dos formulários submetidos bem como consultar o seu perfil.

#### Módulos disponíveis no FrontOffice



b) BackOffice - Módulo do sistema disponível para os utilizadores da Autoridade de Gestão (DREPA) que permite gerir os projectos, efectuar correcções, encaminhar as instâncias dos processos e efectuar actualizações aos meta-dados do sistema.

Esta aplicação foi desenvolvida de uma forma genérica e simples, de forma a corresponder aos fluxogramas operacionais.

O BackOffice só está disponível para a entidade gestora e para os funcionários do Secretariado Técnico, sendo que, os utilizadores que intervêm ao nível dos processos do PROCONVERGENCIA são o Gestor, os utilizadores do Secretariado Técnico, utilizadores das comissões de análise, utilizador tutela, autoridade de certificação e autoridade de auditoria.

O interface de acesso ao BackOffice é algo semelhante ao do FrontOffice, mas permitindo o acesso directo aos formulários, listagens, dados de perfil e, acima de tudo, ao subsistema de gestão documental no qual se encontram as listas de distribuição que permitem executar o processo em questão.

Estão também definidos, como tendo acesso ao BackOffice, utilizadores com perfil de administração, intervindo estes ao nível da criação de acessos, gestão da meta informação e exportação de dados para outros sistemas.

Fazem parte do BackOffice três módulos fundamentais:

- o de apresentação idêntica ao FrontOffice disponível para os Beneficiários mas com todos os campos adicionais que estão só disponíveis para a entidade de gestão;
- a parte destinada ao administrador que permite criar os utilizadores e meta informação do sistema;
- o subsistema de workflow que permite seguir os processos de avaliação de cada submissão.

### *Relatórios Dinâmicos*

Recorrendo aos recursos fornecidos pelos sistemas operacionais são efectuados cubos com os indicadores que sejam mais usuais de forma a facilitar a análise dos dados por parte de utilizadores previamente designados.

### *Módulo de Exportação de Dados*

Os protocolos para a exportação de dados para a Autoridade de Certificação, serão definidos pelo IFDR a fim de que o SIPOP esteja em conformidade com o sistema que irá receber os respectivos dados.



### *Arquitectura de software*

Ao nível aplicacional e nos servidores, estão implementados o Microsoft IIS, o Microsoft Windows 2003 Server e o Microsoft SQL Server 2005.

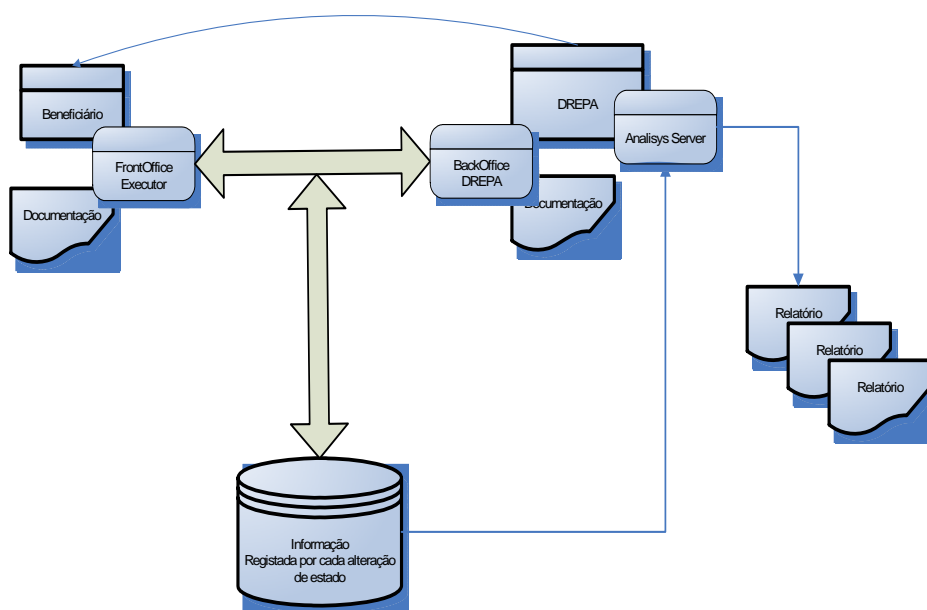
É usado o motor de bases de dados SQL Server 2005 que, sendo um motor relacional e transaccional, permite que a estrutura de dados seja acedida por transacções, todas elas registadas, garantindo assim um acompanhamento de todos os processos.

O sistema está todo desenvolvido em modelo cliente-servidor pelo que todo o software (Webapplication) 'corre' no servidor e ao nível de cliente são apenas executados os outputs gerados pelo servidor. O servidor tem o código compilado e encriptado não permitindo assim a sua adulteração.

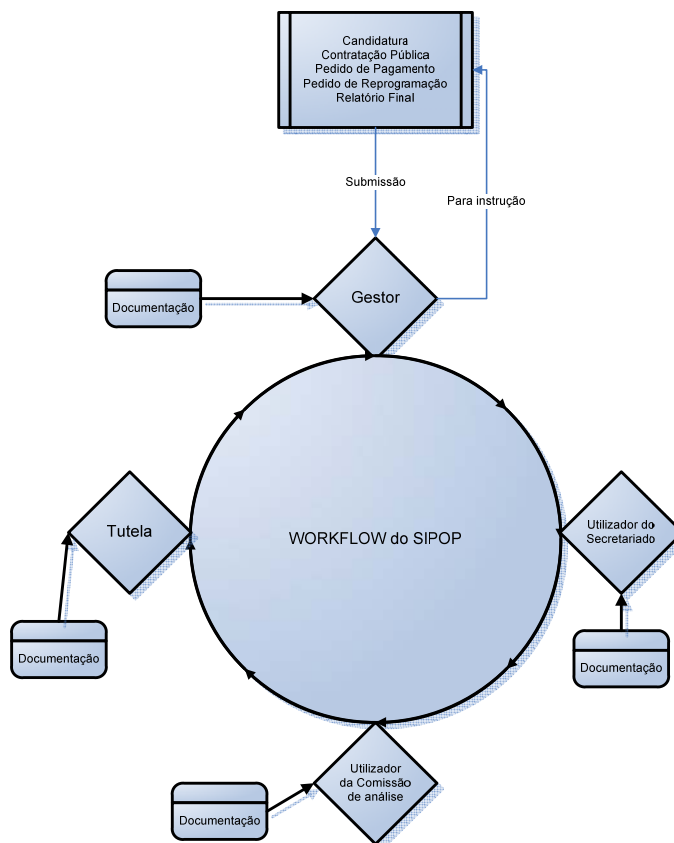
O acesso pelos clientes é efectuado após validação de palavra passe que também está encriptada não estando visível nem mesmo ao nível de base de dados.

O BackOffice está exclusivamente disponível em modo intranet enquanto o FrontOffice é acedido através da Internet, sendo utilizada uma conexão segura (HTTPS) e só disponível aos utilizadores registados.

Como forma de garantir a integridade e acessibilidade, o servidor com os serviços aplicacionais do FrontOffice está separado do servidor onde está a base de dados e o BackOffice.

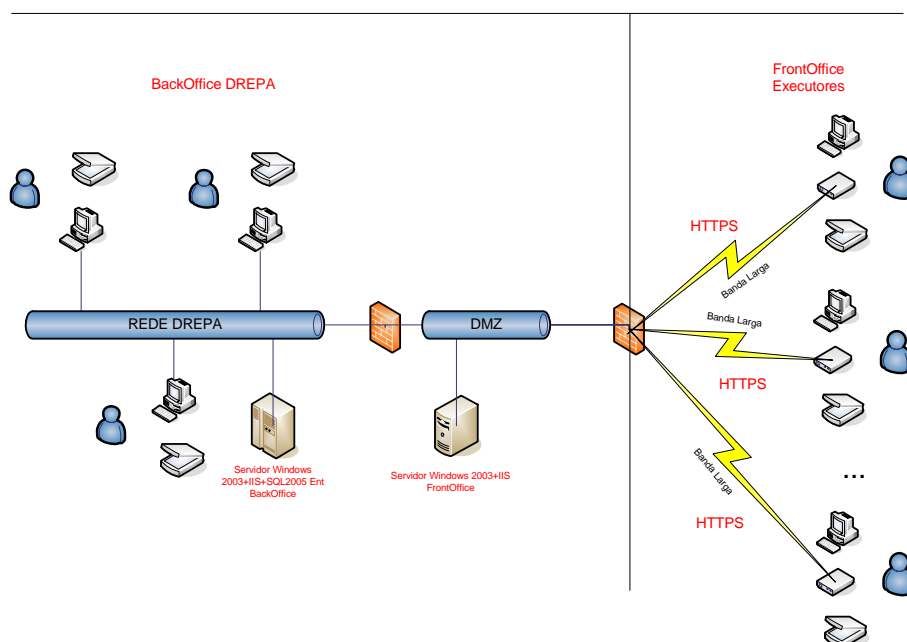


O SIPOP tem um subsistema de workflow que permite seguir os processos de avaliação de cada submissão. Este subsistema de gestão documental é responsável por gerir os processos internos na Autoridade de Gestão.



### *Arquitectura e características de hardware*

O acesso ao sistema de informação do PROCONVERGENCIA é efectuado através da Internet pelo endereço <http://sipop.azores.gov.pt> traduzido, via DNS, para um IP fixo público a que corresponde um IP interno do servidor IIS que está apenas aberto aos protocolos http e https.



Os pedidos de acesso são canalizados, primariamente, pelos sistemas da DRCT (Direcção Regional da Ciência e Tecnologia) através de uma ligação dedicada de cerca de 30Mbps, suportada por routers Cisco e protegida por firewalls de hardware (duas), igualmente da marca Cisco.

A DREPA tem reservados para si 2Mbps da ligação centralizada na DRCT, ligação esta gerida por um router Cisco 2821.

Existem dois servidores dedicados ao sistema, um para alojar os serviços relacionados com o BackOffice e estrutura de dados e outro para disponibilização, através de uma conexão segura (HTTPS ou VPN), do FrontOffice. Estes servidores HP, respectivamente, um Proliant DL360 G5 com 2 placas de rede com suporte IIS e outro Proliant DL380 G5 também com duas placas de rede, 2 processadores e que suporta o SQL Server.

As comunicações internas assentam numa rede estruturada de categoria 6, interligada por 3 switches, ligados em anel por cabos de fibra óptica.

Os servidores estão ligados a um switch de 24 portas Cisco 3750 100/1000, enquanto os computadores clientes encontram-se ligados aos outros 2 switches Cisco 3560 10/100, de 24 portas cada.

Além do servidor destinado a disponibilizar o FrontOffice para o exterior estar ladeado por duas *firewall's* de monitorização e filtragem de acessos ao mesmo, este deve ter associado um processo

de *disarter recovery* por forma a repor a actividade num prazo que seja adequado e que garanta a operacionalidade do sistema.

No que concerne às garantias de sustentabilidade em termos energéticos, tanto os servidores como os equipamentos clientes, estão ligados a UPS's que garantem o fornecimento ininterrupto de energia eléctrica, em caso de falha da rede pública de abastecimento o tempo suficiente até ao arranque da unidade geradora autónoma da DREPA.

Para além da segurança lógica inerente ao sistema SIPOP, este terá uma envolvente que garanta uma adequada segurança de acordo com o recomendado na norma ISO 17799.

### 3- Análise de Progresso do Programa Operacional

O PROCONVERGENCIA foi dos primeiros programas operacionais portugueses a ser aprovado e objecto de Decisão Comunitária, em 5 de Outubro.

Naturalmente, antes da aprovação do PO decorreram os trabalhos de preparação, elaboração e negociação e, posteriormente, nas escassas semanas até ao final do ano em análise a preparação e aprovação dos critérios de selecção das operações, a afectação de meios humanos e materiais aos órgãos de gestão, a abertura de avisos de candidatura, a preparação dos instrumentos de gestão, a elaboração de regulamentos, entre outras tarefas, o que inviabilizou a existência de execução financeira e material propriamente dita.

De todo o modo, neste capítulo, para efeitos de registo e reporte do trabalho desenvolvido, apresenta-se de forma sintética e cronológica alguns aspectos principais das tarefas desenvolvidas no período em análise.

#### **Apresentação sintética das actividades desenvolvidas**

Por ordem cronológica, apresentam-se de seguida as principais actividades e pontos críticos do processo de trabalho desenvolvido durante 2007, quer para o período anterior à sua aprovação, quer o subsequente à Decisão Comunitária.

#### **1º Trimestre**

- Finalização dos trabalhos de Avaliação Ex-Ante do PO
- Definição de tabelas do eamarking
- Abordagem à metodologia para a afectação da dotação específica
- Trabalho desenvolvido sobre indicadores
- Participação no processo de Avaliação Ambiental Estratégica
- Remessa à Comissão da 1ª Versão do Texto do PROCONVERGENCIA
- Anúncio da DGDR/IFDR sobre o novo paradigma para os Sistemas de Informação
- Estabelecimento da metodologia e contactos para construção do sistema de informação
- Participação na preparação dos diplomas e regulamentos.

#### **2º Trimestre**

- Primeiras notas de apreciação dos programas por parte da CE
- Estabilização de metodologia sobre indicadores
- Resposta regional sobre comentários da Comissão

- Preparação e realização de 2 reuniões presenciais de negociação, em Lisboa, programa em geral e outra em Bruxelas, exclusivamente dedicada a indicadores
- Aprovação do quadro regional dos sistemas de incentivos ao investimento privado
- Preparação do Regulamento Específico do Programa

### 3º Trimestre

- Interacção entre a Comissão e o grupo de negociação na estabilização final dos textos do programa
- Elaboração de regulamentos de iniciativa regional e participação nos promovidos pelas autoridades nacionais, designadamente o Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão
- Definição de aspectos sobre comunicação
- Participação no Fórum Europeu da Coesão

### 4º Trimestre

- Decisão do Programa
- Definição do modelo de avaliação do mérito de candidaturas
- Abertura de guichet de candidaturas
- Preparação de regulamentação de gestão e acompanhamento
- Reunião da 1ª Comissão de Acompanhamento do PROCONVERGENCIA E PRO-EMPREGO
- Início de preparação do processo relativo à “Declaração de Conformidade”
- Preparação e anúncio dos Avisos de Abertura das candidaturas aos eixos do Programa
- Estudo de Viabilidade do Grande Projecto regional

### Fluxos financeiros

Neste capítulo, em particular, haverá que sublinhar que, no caso específico das Regiões Autónomas, compete às autoridades de gestão, não só validar despesa realizada pelos beneficiários, mas também proceder aos pagamentos da comparticipação comunitária. Para este efeito, o IFDR deve efectuar as transferências financeiras para estas autoridades de gestão, para que estas possam realizar esses pagamentos (alínea b, do Artigo 16º do Decreto-lei nº 312/2007, de 17 de Setembro).

Neste ano de 2007 os fluxos financeiros com a Comissão Europeia circunscreveram-se ao pagamento do pré-financiamento nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 82º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de Julho.

O IFDR, IP comunicou à Autoridade de Gestão em 12 de Novembro de 2007 o pagamento pela Comissão Europeia da 1ª fracção do Pré-financiamento no montante de 2% do total co-financiado, 19.326.980,98€.

Em 20 de Dezembro de 2007 foi efectuada a transferência para a conta do PROCONVERGENCIA do montante de 9.326.980,98€, representando 48,3% do adiantamento da fracção de 2007, tendo os restantes 10.000.000,00€ sido transferidos a 18 de Janeiro de 2008.

1ª Fracção	Data	Montante
1ª parcela	2007.12.20	9 326 980,98
2ª parcela	2008.01.18	10 000 000,00
		19 326 980,98

#### Execução financeira, material e indicadores

Conforme já referido anteriormente, durante o ano de 2007 não ocorreram aprovações de operações, pelo que não há matéria a reportar em termos financeiros e materiais. Porém, deram entrada nos serviços da Autoridade de Gestão 15 candidaturas.

Em anexo reproduzem-se os quadros de indicadores de realização, de resultado e os indicadores comuns propostos pela C.E. que constituíram a referência para monitorização e avaliação da execução do PROCONVERGENCIA.

As candidaturas que à data da elaboração deste relatório foram aprovadas durante o ano de 2008 e outras que venham a ser apresentadas a objecto de decisão favorável, podem receber comparticipação financeira FEDER sobre despesa elegível realizada a partir do primeiro dia de Janeiro de 2007, conforme a regulamentação aplicável prevê.

#### Grandes Projectos

Conforme está explícito no texto do PO, do levantamento inicial efectuado durante a preparação da programação destaca-se a aquisição de dois navios tipo ferrie, com um custo conjunto de 58 milhões de euros.

Durante 2007 decorreram os trabalhos de preparação da futura candidatura, incluindo os estudos de viabilidade, tendo, à data de elaboração deste relatório, sido remetido a documentação para os serviços competentes da Comissão Europeia.

#### Organismo Intermédio

Esta temática tem desenvolvimento abundante neste relatório, cabendo neste ponto específico que desde a preparação do programa está prevista apenas uma contratualização com organismo

intermédio, no caso com a Direcção Regional de Apoio à Coesão Económica, para efeitos de delegação de competências de autoridade de gestão no que concerne à execução de sistemas de incentivos ao investimento privado, compreendidos no Eixo I - Dinamizar a Criação de Riqueza e de Emprego nos Açores.

Durante o ano de 2007, principalmente na parte final do período, foram iniciados os contactos para preparação de documento de contratualização e definição das competências e obrigações de cada uma das partes. À data deste relatório já foi assinado esse contrato de delegação de competências.

#### Assistência Técnica

Pese embora não tenham sido contabilizadas despesas em 2007, foram despendidas algumas verbas elegíveis à Assistência Técnica, que serão recuperadas e reembolsadas em candidatura a realizar durante o ano de 2008.

Despesas inerentes à implementação do novo sistema de informação, com a realização da reunião da primeira Comissão de Acompanhamento, com a divulgação e publicidade do programa, entre outras, serão as que constarão do primeiro pedido de pagamento a apresentar.



#### 4- Acções de Divulgação, Informação e Publicidade

O ano de 2007 marcou o arranque no novo período de programação 2007-2013 e consequentemente a divulgação do Programa Operacional dos Açores para a Convergência - PROCONVERGENCIA na Região Autónoma dos Açores. A estratégia adoptada para a divulgação do PROCONVERGENCIA pretendeu, por um lado, divulgar as oportunidades proporcionadas pelo programa através do website PROCONVERGENCIA e, por outro lado, informar o público em geral do novo programa regional co-financiado pela União Europeia, dando assim cumprimento ao disposto no regulamento (CE) 1828/2006, relativamente às medidas de informação e divulgação. A sessão pública de apresentação do PROCONVERGENCIA não se realizou no ano de 2007 mas ficou agendada para o dia 21 de Janeiro de 2008.

##### -> Imagem do Programa

Como o nome indica, PROCONVERGENCIA, foi a designação escolhida, pelo Governo dos Açores, para o Programa Operacional dos Açores, que contém uma mensagem muito clara e objectiva dos resultados que se espera alcançar, no período de programação 2007-2013, através da comparticipação do fundo estrutural FEDER.

A imagem escolhida para o PROCONVERGENCIA, pela Autoridade de Gestão, mostra as áreas estratégicas que podem contribuir para a convergência da região com a realidade europeia.



##### Criação de Lema

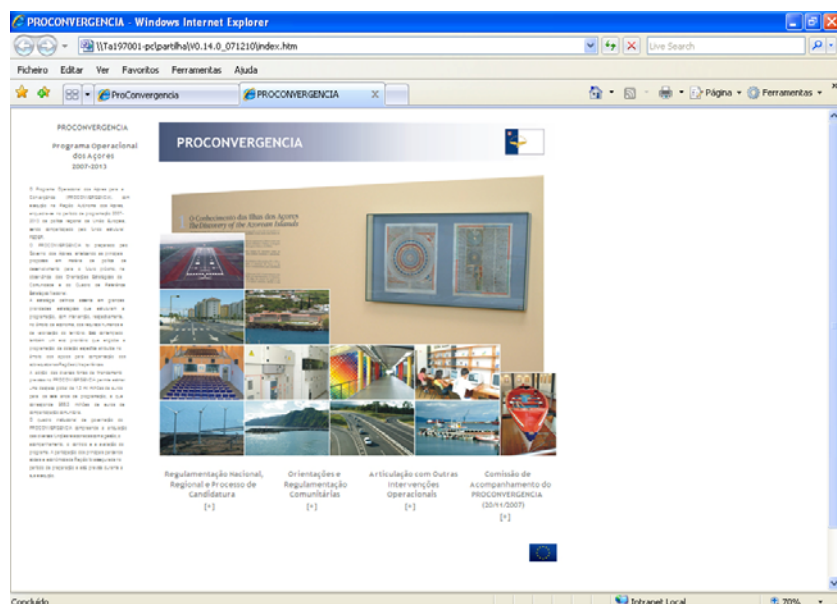
Nos termos do previsto na alínea c), do Artigo 9º do Regulamento (CE) 1828/2006, a Autoridade de Gestão adoptou como lema "Construir o Futuro" que procura evidenciar o valor acrescentado da intervenção da União Europeia, em parceria como o Governo dos Açores, na região.

## -> Características e funcionalidades do website PROCONVERGENCIA

### Primeira versão do website PROCONVERGENCIA

A primeira versão do website PROCONVERGENCIA foi publicada no dia 6 de Março de 2007.

Informação disponibilizada: apresentação do PROCONVERGENCIA (relatório de avaliação ex-ante; relatório ambiental estratégico); regulamentação nacional, regional e processo de candidatura (governança; acesso ao programa: regulamentos, sistema de incentivos, processo de candidatura - formulário de candidatura, orientações para instrução de candidaturas); orientações e regulamentação comunitárias (regulamentos); articulação com outras intervenções operacionais (documentos).

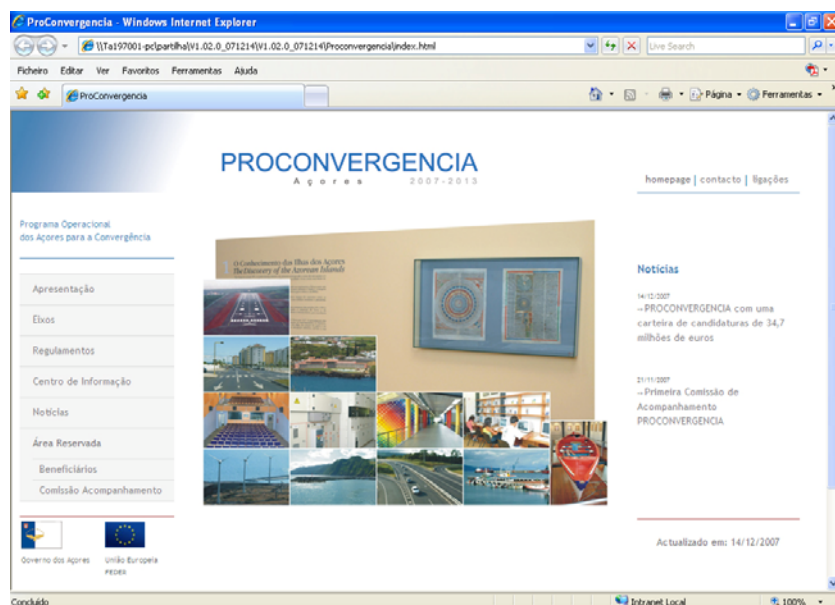


### Segunda versão do website PROCONVERGENCIA

A segunda versão do website PROCONVERGENCIA foi publicada no dia 11 de Dezembro de 2007. Com esta nova versão do website pretendeu-se sistematizar a informação e permitir um acesso imediato à informação.

Informação disponibilizada: apresentação; eixos (objectivos específicos); regulamentos (comunitários, nacionais e regionais); centro de informação (programa operacional dos açores para a convergência, programas regionais e programas nacionais); notícias; beneficiários (formulário de candidatura, orientações para instrução de candidaturas, insígnia da União Europeia; logótipo, painel de obras e placa comemorativa); comissão de acompanhamento.

Não foi publicada a listagem de beneficiários porque ainda não tinham sido aprovados projectos.



**Público-alvo:** beneficiários potenciais e público em geral.

**Objectivo:** mostrar aos potenciais beneficiários das oportunidades de financiamento proporcionadas conjuntamente pela União Europeia e Região Autónoma dos Açores; informar sobre o programa; disponibilizar toda a informação do programa; publicar a lista de beneficiários, a designação das operações e os montantes das subvenções públicas a estas atribuídas; valorizar os projectos financiados; mostrar transparência na aplicação dos fundos; criar uma área de excelência de comunicação do programa.

**Indicador:** número visitas mensal website PROCONVERGENCIA (versão 1 e 2)

Março 2007 - website PROCONVERGENCIA v.1	424
Abril 2007 - website PROCONVERGENCIA v.1	449
Maio 2007 - website PROCONVERGENCIA v.1	403
Junho 2007 - website PROCONVERGENCIA v.1	428
Julho 2007 - website PROCONVERGENCIA v.1	372
Agosto 2007 - website PROCONVERGENCIA v.1	191
Setembro 2007 - website PROCONVERGENCIA v.1	233
Outubro 2007 - website PROCONVERGENCIA v.1	409
Novembro 2007 - website PROCONVERGENCIA v.1	1,324
Dezembro 2007 - website PROCONVERGENCIA v.2	1,477
<b>TOTAL VISITAS 2007</b>	<b>5,710</b>

#### Banner publicitário PROCONVERGENCIA

No portal do Governo Regional dos Açores está um banner publicitário com um link para o website PRONCONVERGENCIA

*Público-alvo:* beneficiários potenciais e público em geral.

*Objectivo:* divulgar o website PROCONVERGENCIA

Indicador: 15.000 visitas - média mensal



-> Os materiais publicitários produzidos

#### Folheto PROCONVERGENCIA

*Público-alvo:* beneficiários potenciais e público em geral.

*Objectivo:* divulgar o programa, eixos prioritários e respectivos objectivos específicos, acesso ao programa (regulamentos e processo de candidatura), candidaturas e contactos.

Indicador: 200 exemplares

### ACESSO AO PROGRAMA

De premissa, visando contribuir o valor da iniciativa do PROCONVERGENCIA para colmatar as necessidades existentes.

#### Regulamentos

- Regulamento Geral FEDER e Fundo de Coesão;
- Regulamento do PROCONVERGENCIA;
- Tipologias de Operações e de Beneficiários.

#### Processo de Candidatura

- Formulário de Candidatura;
- Orientações para Instrução de Candidaturas.

### CANDIDATURAS

As candidaturas serão apresentadas em contínuo. As candidaturas devem ser apresentadas por via electrónica junto da Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (DREPA), sendo constituídas por formulário, disponível no sítio do Programa, e demais documentação exigida para a sua instrução.

### CONTACTOS

#### AUTORIDADE DE GESTÃO

Direcção Regional de Estudos e Planeamento dos Açores - DREPA  
Caminho do Meio, 58 - São Carlos  
9701-853 Angra do Heroísmo  
Telef.: 295 206 380  
Fax: 295 206 381/332 774  
e-mail: drepa@azores.gov.pt  
www.azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sravp-drepa/

[www.proconvergenca.azores.gov.pt](http://www.proconvergenca.azores.gov.pt)



Governo dos Açores

## PROCONVERGENCIA

2007 - 2013  
FEDER



Programa Operacional dos Açores para a Convergência

### PROCONVERGENCIA

O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA), com execução na Região Autónoma dos Açores, enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política regional da União Europeia, sendo participado pelo fundo estrutural FEDER.

O PROCONVERGENCIA foi preparado pelo Governo dos Açores, sintetizando as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das Orientações Estratégicas da Comunidade e do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

A estratégia definida assenta em grandes prioridades estratégicas que estruturam a programação, com intervenção, respectivamente, no âmbito da economia, dos recursos humanos e da valorização do território. Está contemplado também um eixo prioritário que engloba a programação da dotação específica atribuída no âmbito dos apoios para compensação dos sobrecustos nas Regiões Ultraperiféricas.

A adição das diversas fontes de financiamento previstas no PROCONVERGENCIA permite estimar uma despesa global de 1,3 mil milhões de euros para os sete anos de programação, a que corresponde 966,3 milhões de euros de comparticipação comunitária.

Em 5 de Outubro do corrente ano de 2007, a Comissão Europeia através da Decisão (C2007) 4625 adopta o PROCONVERGENCIA de intervenção comunitária do FEDER a título do Objectivo Convergência na Região Autónoma dos Açores.

### EIXOS PRIORITÁRIOS

Este Programa está estruturado em seis eixos prioritários de actuação, desenvolvidos em objectivos específicos.

#### EIXO PRIORITÁRIO I - Dinamizar a criação de riqueza e emprego nos Açores

OE 1.1 - Qualificar o investimento empresarial;  
OE 1.2 - Dinamizar as redes de infra-estruturas e de prestação de serviços às empresas;  
OE 1.3 - Apoiar a investigação na Região;  
OE 1.4 - Fomentar iniciativas de I&D de contexto empresarial;  
OE 1.5 - Melhorar a acessibilidade e utilização das TICs;  
OE 1.6 - Melhorar a eficiência administrativa.

#### EIXO PRIORITÁRIO II - Qualificar e integrar a sociedade açoriana

OE 2.1 - Modernizar a rede de equipamentos escolares;  
OE 2.2 - Valorizar o património cultural;  
OE 2.3 - Melhorar a rede de equipamentos de animação local;  
OE 2.4 - Modernizar equipamentos de saúde;  
OE 2.5 - Modernizar a rede de equipamentos de protecção social.

### EIXOS PRIORITÁRIOS

#### EIXO PRIORITÁRIO III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de

OE 3.1 - Requalificar a rede regional de infra-estruturas rodoviárias e marítimas;  
OE 3.2 - Melhorar a eficiência e a segurança dos sistemas.

#### EIXO PRIORITÁRIO IV - Valorizar e Qualificar o Sistema Ambiental

OE 4.1 - Ordenar o território;  
OE 4.2 - Aumentar a cobertura da rede de infra-estruturas ambientais;  
OE 4.3 - Valorizar recursos e promover o equilíbrio ambiental;  
OE 4.4 - Melhorar sistemas de prevenção e gestão de riscos.

#### EIXO PRIORITÁRIO V - Compensar os Sobrecustos da Ultraperifericidade

OE 5.1 - Compensar os custos de funcionamento dos sistemas de transportes no arquipélago;  
OE 5.2 - Compensar os custos de investimento dos sistemas de transporte do arquipélago.

#### EIXO PRIORITÁRIO VI - Assistência Técnica



# Programa PROCONVERGENCIA

*Público-alvo:* beneficiários potenciais.

*Objectivo:* divulgar o programa, eixos prioritários e respectivos objectivos específicos, beneficiários e tipologias.

*Indicador:* 50 exemplares

## ANÚNCIO REVISTA AZOREAN SPIRIT

Azorean Spirit é a revista de bordo da SATA (transportadora aérea regional), que está disponível nas aeronaves que realizam os voos inter-ilhas como também nas que realizam voos para fora da Região.

*Edição:* Outono/Inverno 2007

*Dimensão:* meia página

*Público-alvo:* público em geral - regional, nacional e internacional.

*Objectivo:* dar a conhecer aos residentes e aos visitantes nacionais e regionais das oportunidades proporcionadas pela União Europeia, à Região Autónoma dos Açores, no novo período de programação 2007-2013.

*Indicador:* 10.000 exemplares

### PROCONVERGENCIA



**O Governo dos Açores**  
The Government of the Azores

**Direcção Regional de Estudos e Planeamento**  
Caminho do Meio, 58 - São Carlos  
9701-853 Angra do Heroísmo  
Tel - 295 20 63 80  
Fax - 295 20 63 81 e 295 33 27 74  
E-mail - drepa@azores.gov.pt

**www.proconvergenca.azores.gov.pt**




O Programa Operacional dos Açores para a Convergência (PROCONVERGENCIA), com execução na Região Autónoma dos Açores, enquadra-se no período de programação 2007-2013 da política regional da União Europeia, sendo participado pelo fundo estrutural FEDER.

O PROCONVERGENCIA foi preparado pelo Governo dos Açores, sintetizando as principais propostas em matéria de política de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das Orientações Estratégicas da Comunidade e do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

A adição das diversas fontes de financiamento previstas no PROCONVERGENCIA permite estimar uma despesa global de 1,3 mil milhões de euros para os sete anos de programação, a que corresponde 966,3 milhões de euros de comparticipação comunitária.

The Azores Operational Programme for Convergence (PROCONVERGENCIA), to be executed in the Azores Autonomous Region, is part of the 2007-2013 European Union regional policy programming framework, and receives funding from the ERDF structural fund.

PROCONVERGENCIA was prepared by the Azores Government, synthesising the main proposals concerning policy matters on development for the near future, observing the Community Strategic Guidelines and the National Strategic Reference Framework.

The gathering of the various funding sources foreseen in PROCONVERGENCIA permits the forecasting of a total outlay of 1.3 billion euros for the programme's seven years, of which 966.3 million euros are from community funding.

-> Medidas de informação e comunicação destinadas a potenciais beneficiários, a beneficiários e ao público em geral

Direct mail: aviso de abertura do período de candidaturas

*Público-alvo:* beneficiários potenciais.

**Objectivo:** divulgar a abertura do período de candidaturas, favorecer a emergência de projectos, mostrar transparência na aplicação dos fundos, criar uma relação de proximidade.

Indicador: 36 entidades (eixo3)

91 entidades (restantes eixos)

Página Web 1 de 2

Página Web 2 de 2

# **Oswalda TPS, Cunha**

**De:** Osvasta TPS, Cunha

**Enviado:** sexta-feira, 26 de Dezembro de 2007 17:46

**Para:** Paulo SB, Menezes; João MR, Filipe; Rogério PS, Feio; APTG; APTQ; APSM; CM Angra do Heroísmo; CM Corvo; CM Horta; CM Lagoa; CM Lajes das Flores; CM Lajes Pico; CM Madalena do Pico; CM Nordeste; CM Ponta Delgada; CM Povoação; CM Praia da Vitória; CM Ribeira Grande; CM S. C. Flores; CM S. C. Graciosa; CM S. Roque Pico; CM V. F. Campo; CM Velas; CM Vila do Porto; Maria ACB; Costa; APSM (Luís Machado da Luz); APTG (João Ribeiro Pinto); APTQ (Luís Dufay); APSM (Francisco Silva); APTQ (Tiago Silva); APSM (Carlos Adalberto Silva); AMRAA (Paulo Couto); AMRAA (Sérgio Cabral); 'jpsal@gmail.com'; 'ptprocov@proconvergenza.gov.pt'; 'l.v.cabral@proconvergenza.gov.pt'

**Assunto:** PROCONVERGENCIA - Aviso de abertura do período de candidaturas do Eixo 3

Controlo	Destinatário	Entrega	Lida
	Paulo SB, Menezes	Entrega: 29-12-2007 17:46	Lida: 02-01-2008 11:00
	João MR, Filipe	Entrega: 29-12-2007 17:46	Lida: 02-01-2008 9:38
	Rogério PS, Feio	Entrega: 29-12-2007 17:46	Lida: 29-12-2007 18:09
	APTC		
	APTQ		
	APSM		
	CM Angra do Heroísmo		
	CM Corvo		
	CM Horta		
	CM Lagoa		
	CM Lajes das Flores		
	CM Lajes Pico		
	CM Madalena do Pico		
	CM Nordeste		
	CM Ponta Delgada		
	CM Povoação		
	CM Praia da Vitória		
	CM Ribeira Grande		
	CM S. C. Flores		
	CM S. C. Graciosa		
	CM S. Roque Pico		
	CM V. F. Campo		
	CM Velas		
	CM Vila do Porto		
	Maria ACB, Costa	Entrega: 29-12-2007 17:46	
	APSM (Luís Machado da Luz)		
	APTQ (João Ribeiro Pinto)		
	APTQ (Luís Dufay)		
	APTQ (Francisco Silva)		
	APTQ (Tiago Silva)		
	APSM (Carlos Adalberto Silva)		
	AMRAA (Paulo Couto)		
	AMRAA (Sérgio Cabral)		
	'jpsal@gmail.com'; 'ptprocov@proconvergenza.gov.pt'; 'l.v.cabral@proconvergenza.gov.pt'; 'l.v.cabral@proconvergenza.gov.pt'		

Está aberto o período de candidaturas ao Eixo Prioritário III - Melhorar as Redes Regionais de Infra-estruturas de Acessibilidade - Programa Operacional PROCONVERGENCIA, compreendendo, nomeadamente, as seguintes de projectos relativos às infra-estruturas rodoviárias, infra-estruturas marítimas e respectivas equipamentos de operação, de gestão e de segurança.

O formulário de candidatura, manual de instruções, regulamentos, critérios de selecção e demais informações poderão ser obtidos a partir do site do programa ([www.proconvergenza.azores.gov.pt](http://www.proconvergenza.azores.gov.pt)), na espaço reservado aos beneficiários, ou através do contacto da Direcção Regional de Estudos e Planeamento (DRDEPA), Caminho do Meio, 56, S. Carlos, 9700-852 Angra do Heroísmo. Telef. 295206380, fax295206381, mail: [proconvergenza@azores.gov.pt](mailto:proconvergenza@azores.gov.pt).

Este aviso não invalida as candidaturas que, entretanto, tenham entrado na DRDEPA, as quais serão admitidas se preencherem as condições regulamentares.

O Gestor do PROCONVERGENCIA

Rui von Ammon

PROCONVERGENCIA  
AÇORES 2007 - 2013

07-01-2008

07-01-2008

## Press Release

**Público-alvo:** beneficiários potenciais e público em geral.

**Objectivo:** veicular a imagem de uma Europa que contribui para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores, dar a conhecer o papel da União Europeia, e reforçar a visibilidade do PROCONVERGENCIA nos meios de comunicação social.

<p style="text-align: center;"><b>PRESS RELEASE</b> <b>PROCONVERGENCIA</b></p> <p><b>1ª Comissão de Acompanhamento dos Programas Operacionais PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO</b></p> <p>No passado dia 20 de Novembro, em Ponta Delgada, teve lugar a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento dos novos programas PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO que estruturam até ao ano de 2013 a aplicação dos fundos estruturais FEDER e FSE na Região.</p> <p>Esta reunião, dirigida pelos os gestores regionais dos programas operacionais PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO, os directores regionais de Estudos e Planeamento e do Trabalho e da Qualificação Profissional, contou com a participação de representantes de diversos serviços da Comissão Europeia, dos Ministérios responsáveis pela coordenação nacional dos fundos estruturais, de parceiros económicos e sociais e dos directores regionais e técnicos das áreas abrangidas por estes fundos estruturais.</p> <p>O Vice-presidente do Governo e o Secretário Regional Adjunto presidiram à abertura dos trabalhos.</p> <p>Para além de outros assuntos de carácter mais geral, o ponto principal da ordem de trabalhos consistiu na aprovação formal dos critérios de selecção dos projectos de candidaturas a cada um dos programas. Foram apresentados, discutidos e aprovados, por unanimidade todos esses critérios que os dois programas propõem para a aceitação, admissibilidade e selecção de candidaturas.</p> <p>No final da reunião, em cumprimento das disposições da Regulamentação Comunitária aplicável, o gestor do PROCONVERGENCIA apresentou uma metodologia de afectação da dotação específica FEDER exclusiva das regiões ultraperiféricas, para compensação dos sobrecustos.</p> <p>Com esta reunião, estão criadas as condições para a recepção e aprovação de candidaturas aos diversos eixos dos dois programas operacionais, devendo os promotores contactarem para o efeito as respectivas direcções regionais, nos termos habituais do que vem verificando nos períodos de programação anteriores. Nas próximas semanas serão promovidas acções de divulgação e de esclarecimento sobre o conjunto de apoios previstos nestes programas.</p>	<p style="text-align: center;"><b>PRESS RELEASE</b> <b>PROCONVERGENCIA</b></p> <p><b>Ponta Delgada, 16 de Novembro de 2007 – Primeira Reunião da Comissão de Acompanhamento dos Programas Operacionais PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO</b></p> <p>Na próxima terça-feira, dia 20 de Novembro, tem lugar em Ponta Delgada, a primeira reunião da Comissão de Acompanhamento dos novos programas com co-financiamento pelos fundos estruturais para o período de programação 2007-2013.</p> <p>O evento que se irá realizar no Hotel Açores Atlântico, irá ter lugar conta com a participação dos gestores regionais dos programas operacionais PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO, os directores regionais de Estudos e Planeamento e do Trabalho e da Qualificação Profissional, representantes de diversos serviços da Comissão Europeia, responsáveis pela coordenação nacional dos fundos estruturais, e ainda de parceiros económicos e sociais e dos directores regionais e técnicos das áreas abrangidas por estes fundos estruturais.</p> <p>A reunião visa culminar o intenso período de preparação, elaboração e de negociação destes programas, iniciando-se o novo ciclo de financiamento comunitário de projectos e investimentos em áreas tão diversas como a das infra-estruturas económicas, o apoio aos sistemas de incentivos de base regional recentemente aprovados, as infra-estruturas e os equipamentos de educação, da ciência e tecnologia, da saúde, da cultura, as redes de transportes terrestres, marítimos e aéreos, o ambiente a formação profissional e o fomento do emprego, entre outras.</p> <p>Os programas em questão PROCONVERGENCIA e PRO-EMPREGO são comparticipados pelos fundos estruturais FEDER e FSE e contemplam, no seu conjunto, um valor de co-financiamento comunitário a fundo perdido para a Região de perto de 1,2 mil milhões de euros.</p>
---	---

## -> Plano de Comunicação

No ano de 2007 foram delineadas as Grandes Linhas de Orientação Estratégica do Plano de Comunicação PROCONVERGENCIA:

- Valorização do Papel do Apoio Comunitário FEDER no Processo de Convergência dos Açores;
- Captação de uma maior diversidade e quantidade de públicos-alvo, através da simplificação, acessibilidade e melhoria da compreensão do conteúdo das mensagens;
- Valorização do papel e da acção dos beneficiários no processo de comunicação;
- Regularidade, profissionalismo e integração em redes do sistema de comunicação do programa operacional.



## 5- Principais Dificuldades Encontradas na Implementação do Programa Operacional

Não estando em causa, neste ano, aspectos relativos á execução das operações e dos projectos e, por conseguinte, não tendo sido desenvolvidas em pleno as funções de gestão e de acompanhamento, não se reportam propriamente dificuldades associadas á execução do programa.

Os pontos críticos do arranque tiveram a ver fundamentalmente com alguns desenvolvimentos do processo de negociação e com alguns aspectos relativos à preparação de todos os instrumentos de gestão e acompanhamento. Neste novo período de programação a evidência e a descrição dos sistemas de gestão e de controlo é muito exigente e a sua inadequação pode obstar ao fluxo de financiamentos.

À data de elaboração deste relatório, a autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA já entregou oficialmente este processo, sendo o primeiro programa operacional a fazê-lo, procurando-se assim cumprir o calendário e a programação proposta pela autoridade de auditoria, em ordem a se reunirem as condições para reembolso do primeiro pedido de pagamento intermédio.

Outra ordem de dificuldades prendeu-se com a mudança de paradigma sobre a questão dos sistemas de informação e a forma e o prazo como foi adoptada esta nova orientação. Também à data de elaboração deste relatório, parte das dificuldades nesta área foram já ultrapassadas.

## 6- Medidas Adoptadas para Garantir a Compatibilidade com as Políticas Comunitárias

Este capítulo do relatório tem como objectivo apresentar as medidas adoptadas pela Autoridade de Gestão para assegurar o respeito pelas políticas comunitárias, incluindo-se as regras da concorrência, os mercados públicos, a protecção do ambiente, devendo igualmente ser examinadas as disposições específicas relativas à coordenação com outros Fundos, ao princípio da parceria e ao princípio da não discriminação.

Atendendo ao nível de execução material do programa em 2007, abordam-se as questões mais genéricas sobre esta temática, algumas das quais expostas no texto do PO, sem prejuízo de elencar algumas medidas e acções desenvolvidas ainda no ano em análise.

### *Concorrência e Regime de Auxílios*

É afirmado no programa que, os apoios concedidos respeitarão os procedimentos e as regras materiais aplicáveis no momento em que o apoio público é concedido.

Nessa medida, a Autoridade de Gestão comprometeu-se:

- i- a contribuir para o objectivo de assegurar que uma parte substancial dos apoios directos às empresas respeite a PME. Este compromisso é assumido no enquadramento regulamentar da alínea a) do número 2 do Artigo 3.º do Regulamento (CE) n.º 1080/2006, aplicando-se consequentemente a todos os Estados-Membros;
- ii -a incluir nos relatórios anuais e no relatório final de execução, informação sobre a totalidade dos apoios directos concedidos a empresas, explicitando os relativos a PME.

Conforme já referido, no período coberto por este relatório de execução, não foram concedidos apoios às empresas.

### *Compatibilidade com os Mercados Públicos*

As operações a enquadrar no PROCONVERGENCIA deverão ser executadas no respeito pelas normas comunitárias e nacionais em matéria de adjudicação de contratos públicos, designadamente as relativas às Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE.

Uma das condições de aceitabilidade subjacente à operação candidata é a demonstração do respeito pelas disposições legais em matéria de contratação pública. O cumprimento das regras dos mercados públicos constitui balizas fundamentais em todo o processo de análise e decisão das candidaturas, e posteriormente no âmbito do acompanhamento e do controlo das operações.

Os avisos enviados para publicação no Jornal Oficial da União Europeia apresentarão as referências das operações em relação às quais tenha sido solicitada ou decidida a concessão de uma contribuição comunitária.

Relativamente aos projectos incluídos nos Programas Operacionais cujo valor global seja superior aos limites fixados nas Directivas “Contratos Públicos” de fornecimentos, de obras ou de serviços, o relatório da comissão de análise de propostas que suporta a decisão de adjudicação será mantido à disposição da Comissão de Acompanhamento.

No PROCONVERGENCIA, na fase de análise da candidatura, ou o mais tardar na fase de apresentação da despesa, a verificação do cumprimento da legislação sobre contratação pública, é suportada numa check-list, onde são referenciados todos os aspectos ligados à celebração de contratos de empreitadas de obras públicas e de fornecimentos de bens e serviços.

Os potenciais beneficiários têm sido informados, pelos mais diversos meios, da necessidade imperiosa de submeterem os contratos às regras dos mercados públicos, sendo esta uma condição prévia indispensável à preparação de um processo de candidatura a co-financiamento comunitário no âmbito do Programa.

À data de realização deste relatório o novo código dos contratos públicos já foi aprovado entrando em aplicação a 29 de Julho de 2008. Para melhor conhecimento e interpretação deste novo código o Secretariado Técnico do Programa está a frequentar plano de formação em ordem à aquisição dos conhecimentos adequados e necessários à correcta verificação dos procedimentos utilizados para celebração dos contratos públicos.

#### *Compatibilidade com as políticas de ambiente e do desenvolvimento sustentável*

O processo de programação e execução do Programa Operacional é marcado por exigência acrescida no que toca à avaliação de potenciais efeitos provocados pelas intervenções estruturais sobre o ambiente e o desenvolvimento sustentável.

A gestão do PROCONVERGENCIA, no âmbito das suas competências, procurará dar cumprimento às normas europeias, nacionais e regionais em matéria de Ambiente.

No cumprimento da Directiva 2001/42/CE relativa à Avaliação dos Efeitos de Determinados Planos e Programas no Ambiente, no primeiro trimestre de 2007 o Programa Operacional foi objecto de uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e mereceu avaliação positiva global. As recomendações constantes do relatório final, que incorporam os resultados da consulta ao público e às autoridades competentes, serão tomadas em conta pela autoridade de gestão.

#### *Contributo do Programa em matéria de controlo e redução de emissões de gases com efeito de estufa e de promoção da eficiência energética*

O processo de programação e execução do Programa é marcado por exigências acrescidas no que toca à avaliação de potenciais efeitos provocados pelas intervenções estruturais sobre as emissões de GEE e na eficiência energética.

No processo de articulação e complementaridade dos apoios, será no âmbito do Fundo de Coesão que as intervenções ao nível da produção de energia eléctrica a partir de recursos renováveis encontrará participação comunitária, sem prejuízo do PROCONVERGENCIA, conforme já referido, conter uma linha de apoio a particulares.

No âmbito da execução do programa, a promoção da eficiência energética é considerada, enquanto factor de ponderação no processo de selecção de candidaturas.

*Compatibilidade com as políticas da igualdade entre homens e mulheres e da não discriminação*

O Regulamento Geral dos Fundos Estruturais para 2007-2013, explicita no seu artigo 16.º que os Estados-membros e a Comissão “devem assegurar a promoção da igualdade entre homens e mulheres” e “tomar todas as medidas adequadas para evitar qualquer discriminação em razão do sexo, raça ou origem étnica, religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, durante as várias fases de aplicação dos fundos, nomeadamente no que respeita ao acesso aos mesmos”.

O contributo para a concretização dos objectivos estratégicos da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres é implementado a nível do Programa através do apoio a operações com impacto na conciliação entre a actividade profissional e a vida familiar de mulheres e homens (ampliação e optimização das redes de equipamentos de educação, equipamentos de apoio social, sociedade da informação TIC's, expansão da rede de jardins de infância, colmatar as deficiências das infra-estruturas e equipamentos de saúde, desporto, melhoria das acessibilidades e as redes de transportes públicos). Acresce ainda a participação na Comissão de Acompanhamento de representante das organizações não governamentais da área do ambiente.

*Disposições específicas relativas à coordenação com outros Fundos*

A Orientação nº 5/2006 do Governo Regional, de 2 de Março, estabelece as bases do Modelo Institucional de Governação dos programas com participação comunitária, definindo órgãos de orientação política, de aconselhamento estratégico, de gestão e de acompanhamento. O modelo prevê a monitorização e o acompanhamento estratégico de todas as intervenções integradas no período de programação 2007-2013, garantindo assim a sua coordenação política e técnica através de um quadro regulamentar apropriado que permite a troca de informações, o despiste de sobreposições indesejáveis de investimentos e a obtenção de sinergias e complementaridades nas diversas intervenções, numa perspectiva de optimização dos meios disponíveis e de maximização dos resultados a obter.

No âmbito da coordenação com outros Fundos, e salvaguardando as possibilidades oferecidas pelo número 2 do artigo 34º do regulamento de aplicação do FEDER (regulamento 1083/2006), sobre a complementaridade do FEDER e do FSE, o programa enuncia, por fundo estrutural e de forma muito clara e transparente, as respectivas áreas de intervenção, para aquelas situações de potencial sobreposição ou de menor clareza sobre quem compete intervir. O trabalho desenvolvido entre os departamentos competentes do governo regional, resultou num plano de complementaridade, que se encontra plasmado em capítulo próprio do programa.

A autoridade de gestão do PROCONVERGENCIA, nos casos específicos de complementaridade com o FSE, FEADER, FEP e Fundo de Coesão, assume as orientações em matéria de repartição de responsabilidades estabelecidas no Capítulo V.12 do QREN.

À data de elaboração deste relatório já foi celebrado protocolo de cooperação com as autoridades de gestão do PRORURAL, do PRO-EMPREGO e do PROPESCAS, no sentido de regular de forma coordenada essas orientações. O que se pretende é excluir qualquer risco de sobreposição e/ou duplicação de ajudas, através da comparação dos dados relevantes registados nos respectivos sistemas de informação.

Por outro lado, em sede de Comissão de Acompanhamento, a qual integra os programas operacionais dos Açores participados pelo FEDER e pelo FSE e na qual têm assento os responsáveis regionais pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP, será prestada informação adequada sobre este tema.

## 7- Evolução Previsível para o Ano Seguinte

Por via dos limites de datas para a elaboração dos Relatórios de Execução Anual dos PO, este capítulo tem duas componentes: uma primeira que se sustenta em reporte do que foi realizado praticamente durante a primeira metade do ano e a outra componente com a dita previsão de execução.

Em termos muito sintéticos refere-se que o ano de 2008 marca o arranque efectivo do PROCONVERGENCIA verificando na primeira metade do ano um conjunto significativo de projectos aprovados, apuramento de execução financeira e física das operações e realizados pagamentos de comparticipação comunitária.

O sistema de informação, no que se relaciona com Frontoffice está concluído, testado e em funcionamento pleno. As componentes de Backoffice estão em fase adiantada de construção.

Estão a ser reunidas as condições, para que da parte da gestão, se possa cumprir com o programado em termos de reembolso do primeiro pedido de pagamento intermédio do PO PROCONVERGENCIA.

O primeiro Grande Projecto do QREN está em Bruxelas nos serviços da Comissão para apreciação e cumpriu-se a previsão para o PROCONVERGENCIA em termos da apresentação desta operação.

O Plano de Comunicação foi preparado e redigido pela Autoridade de Gestão e foi aceite pela Comissão dentro dos prazos estabelecidos.

O organismo intermédio está em condições de acompanhar a execução desejável do programa. O contrato foi assinado e a DRACE tem desenvolvido linhas de cooperação com o Programa Operacional Factores de Competitividade, designadamente em alguns aspectos de instrumentos auxiliares de gestão, designadamente no domínio de sistemas de informação.

Estão estipuladas metas em matéria de acompanhamento e de verificação "on spot" das primeiras despesas propostas para certificação da autoridade nacional.

Até ao final do ano estão propostas metas exequíveis em matéria de compromissos e de execução financeira, procurando-se num prazo, que ainda vai para além de 2008, o alinhamento da execução global do PROCONVERGENCIA com a programação financeira do programa.

A previsão do volume financeiro associado aos pedidos de pagamento a efectuar em 2008, ascende a 83,5 milhões de euros do fundo estrutural FEDER.

## ANEXO





INDICADORES DE REALIZAÇÃO						
Indicador	Unidade	Fonte	Ano (s) referênc ia	Situação de partida (referên cia)	Meta 2010	Meta 2015

#### EIXO 1 - CRESCIMENTO ECONÓMICO E DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS

Projectos de expansão/modernização apoiados	N.º	Sistema de Informação do PROCONVERGENCIA			300	800
Projectos com carácter inovador e factores dinâmicos de competitividade	N.º				120	400
Navios de transporte de passageiros adquiridos	N.º				2	2
N.º de empresas do transporte colectivo de passageiros apoiadas	N.º				4	8
Laboratórios de apoio à actividade produtiva	N.º				1	2
Infra-estruturas de apoio à actividade económica	N.º				2	5
Campanhas e eventos promocionais	N.º				15	35
Acções de divulgação e sensibilização, seminários e estudos de natureza sectorial apoiados	N.º				30	70
Projectos para reequipamento científico	N.º				15	30
Projectos de investigação científica apoiados	N.º				45	100
Acções de divulgação científica e tecnológica apoiadas	N.º				20	50
Projectos para o desenvolvimento do ensino experimental	N.º				20	50
Infra-estruturas tecnológicas apoiadas	N.º				2	5
Projectos empresariais de I&D apoiados	N.º				10	25
Espaços TIC apoiados	N.º				27	60
Redes e projectos integrados de TIC	N.º				15	30
Equipamentos de TIC adquiridos	N.º				2 200	5 000
Acções de divulgação/seminários/estudos em TIC	N.º				9	20
Projectos de automatização e simplificação de procedimentos administrativos apoiados	N.º				5	10

#### EIXO 2 – QUALIFICAR E INTEGRAR A SOCIEDADE AÇORIANA

Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional construídos	N.º	Sistema de Informação do PROCONVERGENCIA			4	10
Estabelecimentos de ensino básico, secundário e profissional remodelados	N.º				9	20
Equipamentos culturais construídos/ /intervencionados <sup>(1)</sup>	N.º				5	12
Equipamentos de animação local construídos/remodelados	N.º				9	20
Unidades de Saúde construídas/ /remodeladas	N.º				3	6
Projectos de intervenção social apoiados	N.º				7	15

(1) Em sede de execução este indicador será ventilado por tipologia

INDICADORES DE REALIZAÇÃO						
Indicador	Unidade	Fonte	Ano (s) referênc ia	Situação de partida (referên cia)	Meta 2010	Meta 2015

### EIXO 3 – MELHORAR AS REDES REGIONAIS DE INFRA-ESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADES

Novas estradas construídas	Km	Sistema de Informação do PROCONVERGENCIA			10	20
Estradas reconstruídas ou remodeladas	Km				170	400
Portos comerciais intervencionados	N.º				3	5
Portos de pesca intervencionados	N.º				2	4
Equipamentos portuários adquiridos	Nº				7	15
Equipamento de sinalização e informação rodoviária adquirido	Nº				1 400	3 000
Estudos/diagnósticos/campanhas/planos <sup>(1)</sup>	N.º				5	12

(2) Em sede de execução este indicador será ventilado por tipologia

### EIXO 4 – MELHORAR E QUALIFICAR O SISTEMA AMBIENTAL

Planos de ordenamento apoiados	N.º	Sistema de Informação do PROCONVERGENCIA			9	20
Planos de Ordenamento da Orla Costeira apoiados	Nº				1	2
Rede de distribuição de água construída/ /beneficiada	Km				45	100
Rede de distribuição de águas residuais construída/beneficiada	Km				60	130
Estações de tratamento de águas residuais	Nº				2	5
Captação e tratamento de água	N.º				7	15
Infra-estruturas para gestão de resíduos sólidos	N.º				2	4
Projectos de apoio à conservação da biodiversidade e valorização dos recursos (centros de visitação, intervenção na paisagem protegida, requalificação ambiental de áreas da Rede Natura 2000)	Nº				12	25
Projectos que visem a melhoria da qualidade ambiental (construção, remodelação e equipamento de estruturas de monitorização)	Nº				5	12
Campanhas de sensibilização e promoção ambiental	Nº				10	16
Estudos	N.º				5	12
Infra-estruturas de apoio à protecção civil	Nº				1	3
Equipamentos adquiridos no âmbito da protecção civil	N.º				9	20

### EIXO 5 – COMPENSAR OS SOBRECUSTOS DA ULTRAPERIFERICIDADE

Rotas de transporte inter-ilhas objecto de compensação financeira	Nº	Sistema de Informação do PROCONVERGENCIA			15	15
Doentes deslocados beneficiados/ano	Nº				23 000	23 000
Resíduos transportados/ano	Ton				10 000	10 000
Infra-estruturas aéreas intervencionadas/apetrechadas	Nº				3	5

### EIXO 6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PROGRAMA

Número de processos de entidades públicas analisados	Nº	Sistema de Informação do PROCONVERGENCIA			300	600
Número de acções de acompanhamento realizadas	Nº				150	600
Estudos e avaliações	Nº				2	5

INDICADORES DE RESULTADO						
Indicador	Unidade	Fonte	Ano (s) referencial	Situação de partida (referência)	Meta 2010	Meta 2015
<b>EIXO 1 - CRESCIMENTO ECONÓMICO E DA COMPETITIVIDADE DAS EMPRESAS</b>						
Postos de trabalho criados nos projectos apoiados pelos Sistemas de Incentivos	Nº	Sec. Reg. Economia	2000-2005	(1) 300/ano	1 500	4 000
Empresas/serviços com certificação	Nº		2006	60	130	200
Oferta de lugares no transporte marítimo inter-ilhas:						
- Passageiros	Nº			(2)	1 150	1 150
- Viaturas	Nº			(2)	178	178
População beneficiada pela melhoria introduzida no transporte colectivo de passageiros	%		2006	(3) 242 000	40	100
Volume de Negócios das empresas Regionais no total do País	%	INE	2004	1,3	1,4	1,5
Receitas de Hotelaria	Milhões de euros	Estatísticas do turismo SREA	2005	53	75	105
Unidades do sistema científico e tecnológico apoiadas	%	Direcção Regional da Ciência e Tecnologia		(4) 17	40	100
Despesas de I&D no PIB (Portugal=100)	%	Serviço Regional de Estatística	2003	64	75	90-100
Empresas apoiadas em projectos de cooperação com o sistema científico e de investigação	Nº	Direcção Regional da Ciência e Tecnologia	2006	0	10	20
Agregados domésticos com ligação à Internet	%	Inquérito à utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação pelas Famílias - INE	2006	37	52	70
Organismos da Administração Pública que disponibilizam formulários para download	%	Inquérito à utilização das Tecnologias de Informação e da Comunicação na Adm Púb. Regional - Observatório da Sociedade de Informação e do Conhecimento	2005	50	65	80

(1) Valores relativos à execução de medidas equivalentes no P. O. PRODESA (QCA III).

(2) Associado a tipologia de projectos sem antecedentes no anterior QCA.

(3) Universo Regional - 242 000 habitantes.

(4) Universo Regional - 17 unidades.

<b>EIXO 2 – QUALIFICAR E INTEGRAR A SOCIEDADE AÇORIANA</b>						
População escolar beneficiada	%	Serviço Regional de Estatística	2003	(1) 40 566	10	20
Aumento dos utilizadores/visitantes dos espaços culturais	%	Serviço Regional de Estatística	2003	(1) 535 000/ano	5	10
Beneficiários dos equipamentos de animação local	%	Serviço Regional de Estatística	2006	(2) 85 000	40	100
Beneficiários do Serviço Regional de Saúde abrangidos	%	Estatísticas Demográficas, INE	2002	(1) 242 000	19	38
População beneficiada por projectos de intervenção social	N.º			(3)	400	1000

(1) Universo Regional para cada tipologia.

(2) População Regional até aos 24 anos.

(3) Associado a tipologia de projectos sem antecedentes no anterior QCA.

INDICADORES DE RESULTADO						
Indicador	Unidade	Fonte	Ano (s) referência	Situação de partida (referência)	Meta 2010	Meta 2015
<b>EIXO 3 – MELHORAR AS REDES REGIONAIS DE INFRA-ESTRUTURAS DE ACESSIBILIDADES</b>						
Aumento de pavimentos adequados da rede viária regional e municipal	%	Sec. Reg. Habitação e Equipamentos	2006	<sup>(1)</sup> 70	77	87
Portos comerciais beneficiados/modernizados	%	Secretaria Regional da Economia	2006	<sup>(2)</sup> 12	25	42
Embarcações de pesca que beneficiam de melhores condições de operacionalidade	%	Séries Estatísticas 1994-2004, SREA	2004	<sup>(2)</sup> 1 582	5	13
Redução do n.º de acidentes rodoviários	N.º	Séries Estatísticas 1994-2004, SREA	2004	3900	3600	3200
Movimentos/hora na carga e descarga de navios de contentores	N.º	Informação obtida junto de autoridade portuária	2006	11 a 12	13 a 14	15 a 16

(1) Universo Regional 2 450Km.

(2) Universo Regional para cada tipologia.

<b>EIXO 4 – MELHORAR E QUALIFICAR O SISTEMA AMBIENTAL</b>						
Orla costeira com planos de ordenamento	%	Secretaria Regional Ambiente e do Mar (SRAM)	2005	<sup>(1)</sup> 80	90	100
Perdas nos sistemas de abastecimento de água	%	Plano Regional da Água	2001	20	15	10
Aglomerados urbanos com população superior a 2000 e. p. que não cumprem com a Directiva Comunitária 91/271/CEE, do Conselho, de 21-15-1991	N.º	Secretaria Regional Ambiente e do Mar (SRAM)	2006	8	4	0
População coberta pela recolha selectiva doméstica de resíduos sólidos	%	Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA)	2005	88	93	100
Ilhas cobertas por Planos de Gestão Integrados	N.º	Secretaria Regional Ambiente e do Mar (SRAM)	2006	0	4	9
Ilhas cobertas por rede de Centros Interpretativos	N.º			1	4	9
População beneficiada pela requalificação das infra-estruturas do sistema regional de protecção civil	%	Estatísticas Demográficas, INE	2001	<sup>(2)</sup> 242 000	20	30

(1) Universo Regional - 10 planos

(2) Universo Regional

<b>EIXO 5 – COMPENSAR OS SOBRECUSTOS DA ULTRAPERIFERICIDADE</b>						
Poupança obtida ao nível dos encargos públicos no transporte aéreo inter-ilhas	milhões de euros	Secretaria Regional da Economia	2007	<sup>(1)</sup> 3,5/ano	14	32
Poupança dos encargos públicos com a deslocação de doentes	milhões de euros	Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	2007	<sup>(1)</sup> 1,5/ano	6	13
Poupança dos encargos públicos com o transporte de resíduos	milhões de euros	Secretaria Regional Ambiente e do Mar (SRAM)	2007	<sup>(1)</sup> 0,25/ano	1	2,25
Movimento de passageiros inter-ilhas beneficiados (embarcados + desembarcados)	milhares	Serviço Regional de Estatística	2004	<sup>(2)</sup> 355	476	608
Movimento de carga beneficiada (carregada + descarregada)	ton	Serviço Regional de Estatística	2004	<sup>(2)</sup> 1 379	1 500	1700

(1) Valor anual de referência para o cálculo do valor acumulado 2010 e 2015.

(2) Valores referentes aos aeródromos da responsabilidade do Governo Regional dos Açores (Terceira, Graciosa, S. Jorge, Pico e Corvo).

<b>EIXO 6 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PROGRAMA</b>						
Taxa de aprovação do Programa	%	Sistema de informação do PROCONVERGENCIA			70	100
Taxa de execução do Programa	%	Sistema de informação do PROCONVERGENCIA			50	100
Promotores públicos visitados pela estrutura de gestão pelo menos uma vez	%	Sistema de informação do PROCONVERGENCIA			70	100

PROGRAMA OPERACIONAL PROCONVERGENCIA		
INDICADORES COMUNS (CE) para o FEDER e o Fundo de Coesão		Eixos relevantes
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos directos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO
	2. dos quais: homens	Total do PO
	3. dos quais: mulheres	Total do PO
Áreas Temáticas		
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N° de projectos de I&DT	EIXO 1
	5. N° de projectos de cooperação empresas-instituições de investigação	EIXO 1
	6. Empregos na investigação criados	EIXO 1
Ajudas directas ao investimento nas PME	7. N° de projectos	EIXO 1
	8. dos quais: n° de start-ups apoiadas (empresas com menos de dois anos)	EIXO 1
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	EIXO 1
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	EIXO 1
Sociedade de Informação	11. N° de projectos	EIXO 1
	12. Acréscimo de população com acesso à banda larga	N. A.
Transportes	13. N° de projectos	EIXO 3
	14. N° de Km de novas estradas	EIXO 3
	15. das quais: RTE	N. A.
	16. N° de Km de estradas reconstruídas ou remodeladas	EIXO 3
	17. N° de Km de novas ferrovias	N. A.
	18. das quais: RTE	N. A.
	19. N° de Km de ferrovias reconstruídas ou qualificadas	N. A.
	20. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de estradas (mercadorias e passageiros)	N. A.
	21. Valor (em euros/ano) dos ganhos no tempo de percurso, gerado pelos projectos de construção e reconstrução de ferrovias (mercadorias e passageiros)	N. A.
	22. Acréscimo de população servida por intervenções de expansão de sistemas de transporte urbanos	N. A.
Energias Renováveis	23. N° de projectos	N. A.
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	N. A.
Ambiente	25. Acréscimo de população servida nos sistemas de abastecimento de água intervencionados	EIXO 4
	26. Acréscimo de população servida nos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais intervencionados	EIXO 4
	27. N° de projectos de Resíduos Sólidos	EIXO 4
	28. N° de projectos visando a melhoria da qualidade do ar	EIXO 4
	29. Área reabilitada (em km²) no âmbito de intervenções de recuperação de passivos ambientais (áreas degradadas e contaminadas)	N. A.
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	N. A.
Prevenção de Riscos	31. N° de projectos	EIXO 4
	32. População que beneficia de medidas de protecção contra cheias e inundações	N. A.
	33. População que beneficia de medidas de protecção contra incêndios e outros riscos naturais e tecnológicos (excepto cheias e inundações)	EIXO 4
Turismo	34. N° de projectos	EIXO 1
	35. N° de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	EIXO 1
Educação	36. N° de projectos	EIXO 2
	37. N° de alunos que beneficiam das intervenções	EIXO 2
Saúde	38. N° de projectos	EIXO 2
Reabilitação Urbana	39. N° de projectos que asseguram a sustentabilidade e melhoram a atractividade das cidades	EIXO 1
Competitividade das Cidades	40. N° de projectos que visam estimular a actividade empresarial, o empreendedorismo e a utilização das novas tecnologias	EIXO 1
Inclusão Social	41. N° de projectos dirigidos aos jovens e às minorias, que visam promover a oferta de serviços para a igualdade de oportunidades e a inclusão social	EIXO 2